

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
IPEA/IPLAN-INSTITUTO DE PLANEJAMENTO  
SETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

# ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

---

VOL. 9

ESTADO DA PARAÍBA

BRASÍLIA, MAIO DE 1972  
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral  
IPEA/IPLAN - Instituto de Planejamento  
Setor de Desenvolvimento Regional

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

---

Volume 9 - ESTADO DA PARAÍBA

Brasília, Maio de 1972  
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

APRESENTAÇÃO

## ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO DOS ESTADOS

### APRESENTAÇÃO

De maneira geral, é ainda limitado o conhecimento que se tem das experiências de planejamento em curso nos vários Estados do Brasil.

Entretanto, a institucionalização irreversível do planejamento em nosso país, de um lado, e o processo crescente de integração nacional, de outro, impõem hoje um maior conhecimento mútuo das experiências de elaboração e implementação de planos, quer no âmbito nacional e regional, quer na esfera estadual. Concomitantemente, torna-se necessária uma análise mais precisa dos elementos orçamentários e financeiros que dão suporte a esse planejamento.

O presente trabalho constitui, pois, uma análise preliminar do sistema de planejamento e da situação orçamentária e financeira dos Estados do Brasil, elaborado à base dos documentos apresentados no ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO, realizado em Brasília no período de 15 a 17 de dezembro de 1971.

Foi preparado com o objetivo central de fornecer subsídios básicos ao Ministério do Planejamento no processo de consolidação do seu sistema de articulação com os Estados e Municípios.

Na análise dos aspectos de planejamento, sem pretensões de exaustividade, procurou-se preencher uma lacuna no senti



do de proporcionar uma visão global das experiências realizadas e da evolução do sistema nos vários Estados, particularizando-se ainda o quadro atual dos planos em execução.

No que concerne aos aspectos orçamentários e financeiros dos Estados, a análise abrange o quinquênio 1968/72, que se desdobra em dois períodos: um de dados observados - 1968/1970 - correspondentes aos elementos dos balanços dos Estados, e um de dados previstos - 1971/72 - com base nas respectivas propostas orçamentárias. De forma sistemática foram identificadas as variáveis principais e abordados os itens mais importantes como a evolução e composição da receita e despesas, equilíbrio orçamentário, endividamento dos Estados, etc., de modo a obter-se uma adequada base de referência para estudos posteriores. As diversas tabelas e indicadores utilizados propiciam elementos interessantes no confronto da situação observada entre os Estados e Regiões.

A fim de permitir uma abordagem regional, os dados orçamentários e financeiros foram consolidados ao nível das cinco regiões do país: NORTE (Acre, Amazonas e Pará), NORDESTE (Maranhão a Bahia), SUDESTE (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo), SUL (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e CENTRO OESTE (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal).

A Nota Metodológica a seguir apresentada especifica os principais itens que foram objeto de análise e define os critérios que presidiram a elaboração do trabalho.

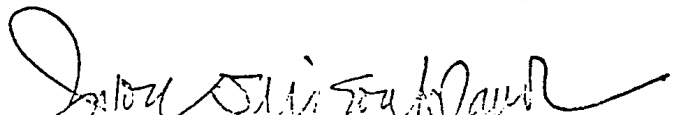
Para facilitar o manuseio do documento optou-se por sua representação em 28 volumes individuais, um para cada Estado ou Região.

O trabalho foi elaborado por uma equipe constituída pelos seguintes técnicos do IPLAN: Demóstenes Silvestre Fernandes Filho, Fernando José de Almeida, Ivan José Barbosa Li-

ma, Nilton Romeu, Ricardo Nunes de Miranda, sob a coordenação de César Augusto Areal e Edson Sarques Prudente e a supervisão final de Paulo Dante Coelho e desta Superintendência.

Colaboraram ainda na execução do trabalho os técnicos Fernando Augusto Vieira Fernandes e Paulo Brasil.

Brasília, 2 de maio de 1972

  
Antonio Nilson Craveiro Holanda  
Superintendente do IPLAN

NOTA METODOLÓGICA

### NOTA METODOLÓGICA

Os prazos fixados para a conclusão do estudo, deliberadamente exíguos, impuseram à equipe uma compreensível concentração de esforços a fim de que os objetivos do trabalho fossem alcançados não obstante a limitação de tempo. Considerando a enorme massa de dados e informações a obter, selecionar e avaliar, impôs-se a fixação de certos critérios e definições metodológicas consoante os termos de referência iniciais do estudo e o aperfeiçoamento sucessivo da análise.

No que concerne ao Planejamento, além da abordagem de experiências anteriores de cada Estado, destaca-se no estudo o quadro da situação do sistema de planejamento estadual e as bases do atual plano em elaboração ou execução. Para dar a devida unidade ao trabalho utilizou-se como fontes bibliográficas básicas além das Notas Taquigráficas de exposições dos Secretários Estaduais de Planejamento no Encontro Nacional de Brasília, de 15 a 17/12/71, outros documentos solicitados aos Estados para aquela reunião.

Quanto aos aspectos de orçamento, a análise está limitada ao período 1968/72, contando-se para os anos de 1968/70 com dados de Balanço e para 1971/72 com os de Previsão Orçamentária.

A fim de facilitar a análise em cada Estado apresenta-se uma síntese dos principais aspectos do planejamento e orçamento como introdução desses capítulos. Igualmente os anexos incorporados em cada volume dão um detalhamento da parte de planejamento e incluem as tabelas e gráficos pertinentes à análise orçamentária e financeira.

As principais fontes bibliográficas utilizadas foram as publicações do Ministério da Fazenda através da Revista de Finanças Públicas e os respectivos balanços e orçamentos estaduais.

Além das definições clássicas da Lei 4.320/64, adotou-se ainda os seguintes critérios a respeito dos itens abordados nos aspectos orçamentários:

Receitas Próprias: compreendidas como sendo a Receita Total menos a Receita de Transferências. Dessa forma as Operações de Crédito estão incluídas no conceito.

Saldo Orçamentário Efetivo: Representado pelo Saldo Orçamentário (Receita menos Despesa) excluídas as Operações de Crédito.

Receita de Capital Efetiva: Definida como sendo a Receita de Capital menos as Operações de Crédito.

Financiamento das Despesas de Capital: O modelo utilizado considera como fonte de financiamento das Despesas de Capital o somatório dos seguintes itens:

- Saldo em Conta Corrente (SCC) ou Poupança do Governo (diferença entre a Receita e a Despesa Corrente)
- Receita de Capital Efetiva (RKe)
- Operações de Crédito (OC) e
- Saldo Orçamentário (SO), este último tomado com o sinal contrário, de acordo com a seguinte fórmula:

$$DK = SCC + RKe + OC + (SO) \quad (-1)$$

Transferências - Compreendem as Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial e as classificadas no documento como "Outras Transferências" recebidas pelos Estados à Conta dos Impostos Únicos sobre Combustíveis, Lubrificantes, Líquidos e Gasosos (IULCLG), sobre Energia Elétrica (IUEE), sobre Minerais (IUM), Auxílios e/ou Contribuições e outros de menor relevância.

#### Indicadores "Per-Capita"

Os Indicadores "per-capita" (Receita Total, Receita Própria, Transferências, Despesas de Pessoal e Capital "per-capita") foram calculados com base em estimativas de população feitas através da interpolação e extrapolação dos resultados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, para cada Estado, com vistas a facilitar a comparação interestadual e interregional dessas variáveis. Os números regionais e do Brasil representam a soma dos dados estaduais obtidos segundo os critérios acima referidos.

Relação dos Volumes - São os seguintes os Volumes componentes do Estudo, segundo os Estados e Regiões:

<u>ESTADOS OU REGIÕES</u>		<u>Nº VOLUME</u>
ACRE	-	1
AMAZONAS	-	2
PARÁ	-	3
<u>REGIÃO NORTE</u>	-	4
MARANHÃO	-	5
PIAUI	-	6
CEARÁ	-	7
RIO G. DO NORTE	-	8
PARAÍBA	-	9
PERNAMBUCO	-	10
ALAGOAS	-	11
SERGIPE	-	12
BAHIA	-	13
<u>REGIÃO NORDESTE</u>	-	14
MINAS GERAIS	-	15
ESPÍRITO SANTO	-	16
RIO DE JANEIRO	-	17
GUANABARA	-	18
SÃO PAULO	-	19
<u>REGIÃO SUDESTE</u>	-	20
PARANÁ	-	21
SANTA CATARINA	-	22
RIO G. DO SUL	-	23
<u>REGIÃO SUL</u>	-	24
MATO GROSSO	-	25
GOIÁS	-	26
DISTRITO FEDERAL	-	27
<u>REGIÃO CENTRO-OESTE</u>	-	28

INDICE

## ÍNDICE

### A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DA PARAÍBA

1. Quadro atual do Planejamento do Estado da Paraíba

### B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO ESTADO DA PARAÍBA

### C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO DA PARAÍBA

1. Avaliação Global do Orçamento
2. Análise da Receita
3. Análise da Despesa
4. Análise do Equilíbrio Orçamentário e Financiamento das Despesas de Capital
5. O Endividamento do Estado

### D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### E - ANEXOS

- I - O Planejamento Estadual
- II - Situação Orçamentária - Tabelas



A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DA PARAIBA

A - O PLANEJAMENTO ESTADUAL DA PARAÍBA

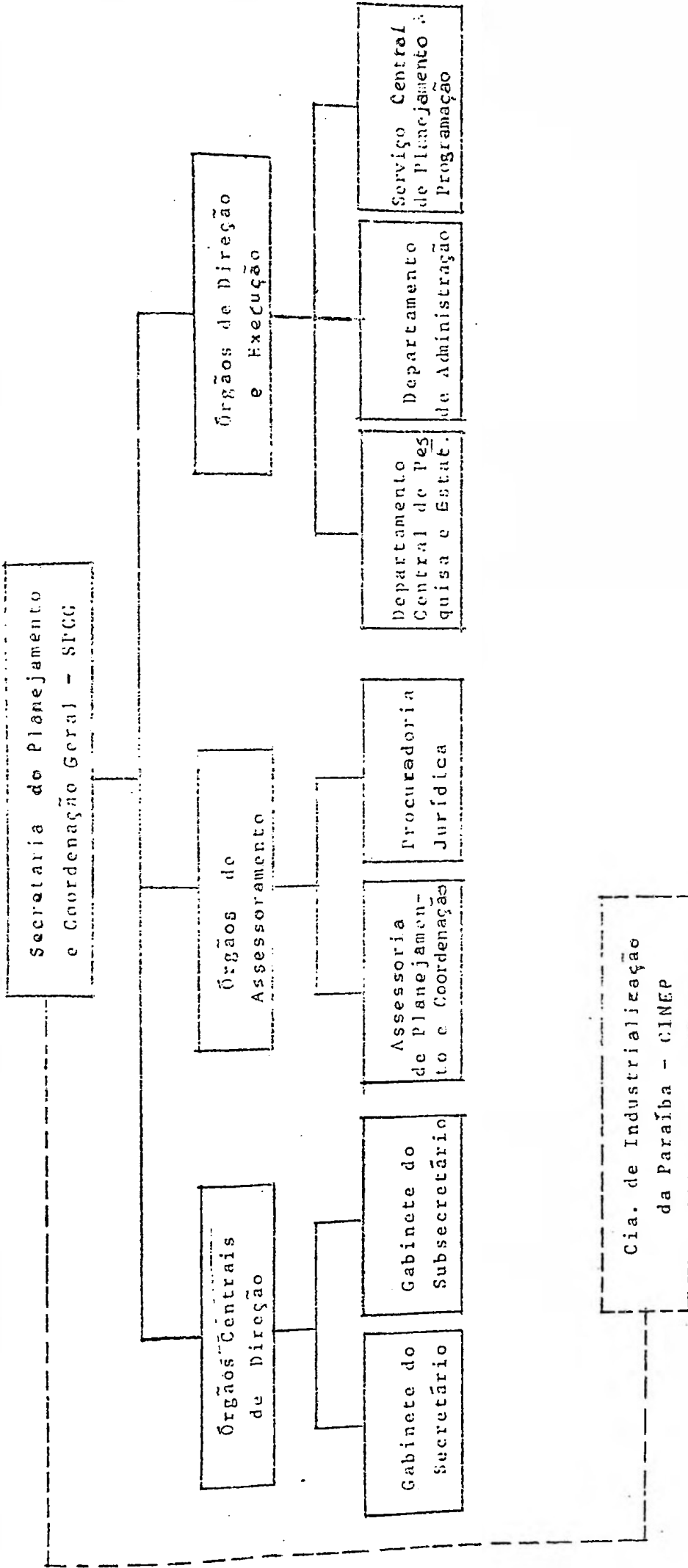
O quadro e organograma das páginas seguintes descrevem a estrutura e evolução do sistema de Planejamento do Estado da Paraíba, que é descrito de forma mais detalhada no Anexo I deste volume.

## ESTADO DA PARAÍBA

## Evolução do Sistema de Planejamento

A N O	LEI OU DECRETO.	INSTITUIÇÕES E PLANOS
1966	Lei 3.411, de 28/01/66	Autoriza o Poder Executivo a criar até 3 (três) Secretarias de Estado para a realização de tarefas especiais e de relevante interesse quanto à organização da economia ' ou da administração do Estado.
	Decreto 4.190, de 10/06/66	Define as atribuições e competência da Secretaria de Planejamento e Coordenação Econômica.
1970	Decreto 5.006, de 04/05/70	Dispõe sobre a organização da Administração do Poder Executivo, incorporando à legislação estadual ' os princípios do Decreto Lei 200, de 05/02/67 (Reforma Administrativa) e altera as atribuições da antiga Secretaria de Planejamento e Coordenação Econômica, que passou ' a denominar-se Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (SPCG)
1972		PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 1972/74 ( ou elaboração )

SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL NA PARAÍBA



Obs.: Trata-se de estrutura em estudos, objeto de cogitação pelo Governo. Somente o CINEP já funciona.

## 1. QUADRO ATUAL DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA

O Plano atualmente em elaboração deverá ser o primeiro do Estado, dado que, no passado, o esforço de planejamento estava limitado ao atendimento das normas baixadas pelo Ministério do Planejamento para aplicação de recurso do Fundo de Participação e Fundo Especial.

Para o último "Encontro Nacional de Secretários de Planejamento" foi apresentado um documento denominado "Esboço de um Programa de Ação", contendo algumas considerações sobre as linhas básicas de atuação do atual Governo, definição dos programas e projetos Setoriais e comentários sobre a elaboração do OPI.

Faz-se necessário ressaltar que o Governo da Paraíba já definiu as linhas mestras que servirão de base para a elaboração de seu Plano de Governo, abrangendo o período de 1972/74, com prazo de conclusão previsto para março do corrente ano.

O documento "Esboço de um Programa de Ação", por se tratar de uma síntese dos programas e projetos setoriais que integrarão o Plano de Governo, não faz referência específica a objetivos globais nem delinea uma estratégia a ser seguida, mas relaciona metas sob forma de programas e projetos.

A ausência de aspectos quantitativos no documento impede um exame acerca das prioridades. É citado no trabalho que o setor agropecuário se constitui na prioridade absoluta do atual Governo. Nenhuma outra referência é feita a outros setores.

No Anexo I deste volume são indicados os programas e projetos prioritários, nos diferentes setores, valendo destacar a ênfase dada ao setor agropecuário e, dentro deste, a prioridade atribuída às atividades de pesquisa, fomento e promoção.

Não existem, todavia, informações sobre os custos desses projetos e respectivos esquemas de financiamento, esperando-se que esses dados venham a estar disponíveis quando da apresentação do documento final do Plano.

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS  
DO ESTADO DA PARAÍBA

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS  
DO ESTADO DA PARAÍBA

1. Orçamento para 1972: 230,0 milhões de cruzeiros.

2. Participação relativa da Receita Estadual (%):

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita da Região	6,7	8,6	6,6
- s/Receita Total dos Estados	0,7	0,8	0,7

3. Crescimento da Receita Total em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	+ 21,8	+ 7,7
1971/72	+ 3,2	+ 18,1

4. Crescimento da Receita de Capital em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	+ 87,7	+ 32,1
1971/72	- 14,0	+ 21,3

5. Participação relativa na Receita Total (%):

	ICM	TRANSFERÊNCIAS			
		F.Particip.	F.Especial	Outras(*)	Total
1968	61,6	30,2	-	0,2	30,4
1970	40,4	11,8	9,2	0,2	21,2
1972	46,5	13,5	10,0	16,8	40,3

(\*) - Inclusive Quotas Partes dos Impostos Únicos s/Energia, Combustíveis e Lubrificantes, Minerais do País.



6. Receita Própria "Per-Capita" do Estado (Inclusive Operações de Crédito)

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita "Per-Capita" da Região (%)	81,2	109,2	64,9
- s/Receita "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	20,6	28,2	19,1

7. Receita de Transferência "Per-Capita" do Estado

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" da Região (%)	72,6	78,1	109,9
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	71,0	70,0	97,5

8. Despesas de Pessoal s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	38,1	27,6	33,2
Região	41,1	39,5	33,3
Total dos Estados	34,9	31,7	27,5

9. Despesas de Capital s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	35,1	47,5	36,6
Região	31,9	34,9	36,8
Total dos Estados	24,0	27,6	30,6

10. Composição da Dívida em 1970 (%) :

<u>FLUTUANTE</u>	<u>FUNDADA</u>	<u>EXTERNA</u>
16,6	83,4	-

11. Participação Relativa da Dívida s/Receita Total-1970-(%) :

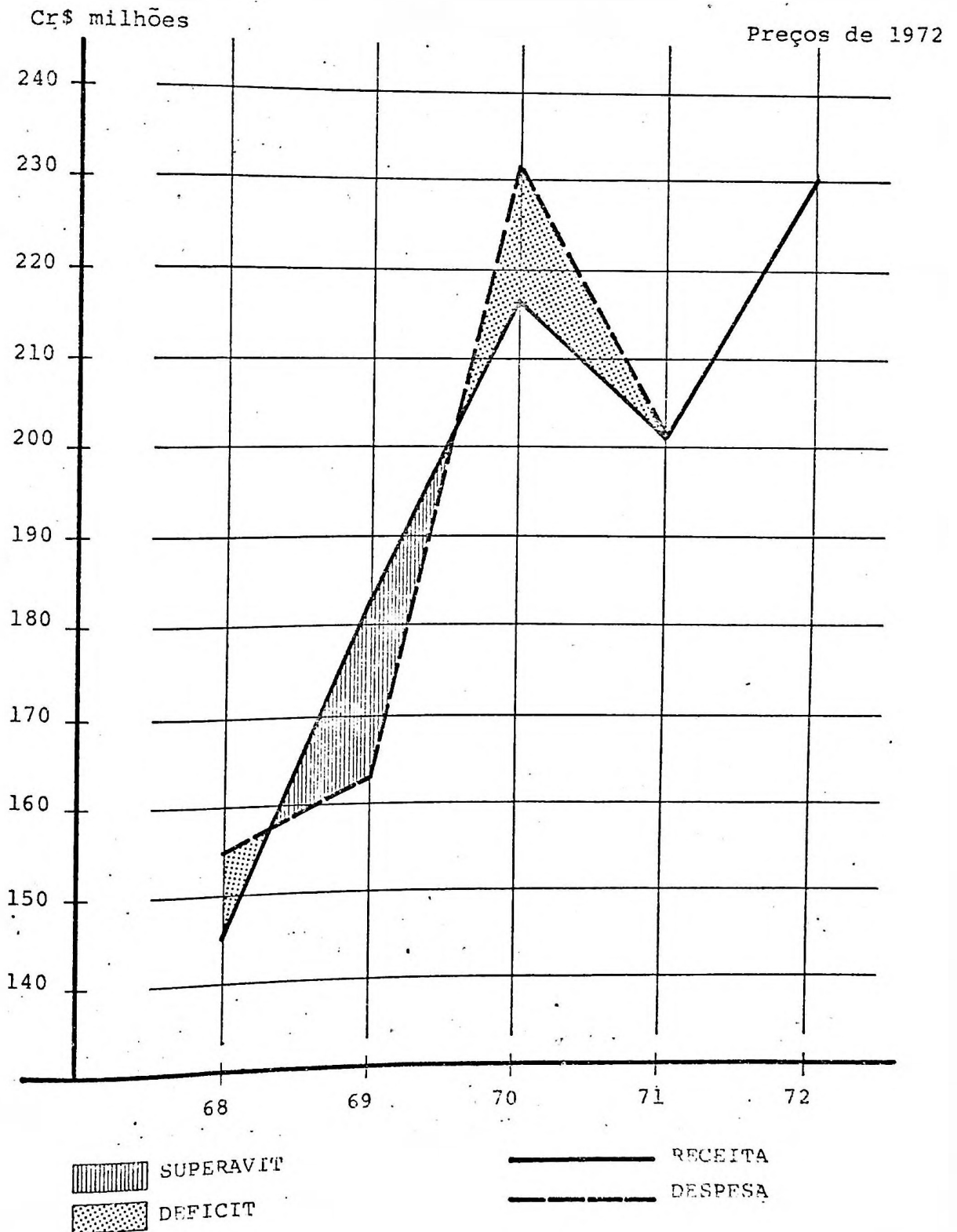
50,9

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
12. Operações de Crédito s/Receita Total (%) :	2,4	23,3	6,5
13. Amortizações + Juros s/Receita Total (%) :	1,3	7,3	11,7

14. Superavit (+) ou Déficit (-) efetivo sobre a Receita Total (%) :

<u>1968</u>	<u>1970</u>
(-) 8,9	(-) 30,3

ESTADO DA PARAÍBA  
COMPARATIVO ENTRE RECEITA E DESPESA  
1968/1972



C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
DO ESTADO DA PARAÍBA

C. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

DO ESTADO DA PARAÍBA

1. AValiação GLOBAL DO ORÇAMENTO

1.1. O Orçamento em 1972

O Orçamento do Estado da Paraíba, para o exercício financeiro de 1972, fixa a Despesa e estima a Receita no montante de Cr\$ 230,0 milhões.

1.1.1. A Posição Relativa da Receita

A Receita realizada no sub-período 1968/70 e a Receita estimada para o sub-período 1971/72, tomadas em relação ao somatório das Receitas dos Estados da Região, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e à Receita da União, conforme se apresenta abaixo, evidenciam que a Receita do Estado da Paraíba, nos anos de execução orçamentária, está crescendo mais rapidamente que as Receitas da União e médias regional e nacional:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receita Estadual/ Receita da Região Nordeste: (%)	6,7	7,6	8,6	6,7	6,6
Receita Estadual/ Receitas dos Estados: (%)	0,7	0,8	0,8	0,7	0,7
Receita Estadual/ Receita da União: (%)	0,6	0,7	0,8	0,8	0,7

Os gráficos I, II e III apresentados no anexo I do Volume 14, mostram a posição relativa da Receita do Estado, nos anos 1968, 1970 e 1972, com relação aos demais Estados da Região Nordeste, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e à Receita da União.<sup>1/</sup>

<sup>1/</sup> Tabelas BR-1.3, 1.4 e 1.5

Todas as tabelas citadas com a referência - BR - encontram-se no anexo II, do volume 14.

### 1.1.2. Evolução da Receita em termos reais

A evolução da Receita em termos reais como indicam os dados abaixo, apresenta uma tendência crescente, em ritmo elevado, apenas com uma oscilação em 1971, quando há uma diminuição estimada em -6,8% em relação ao ano anterior.<sup>1/</sup>

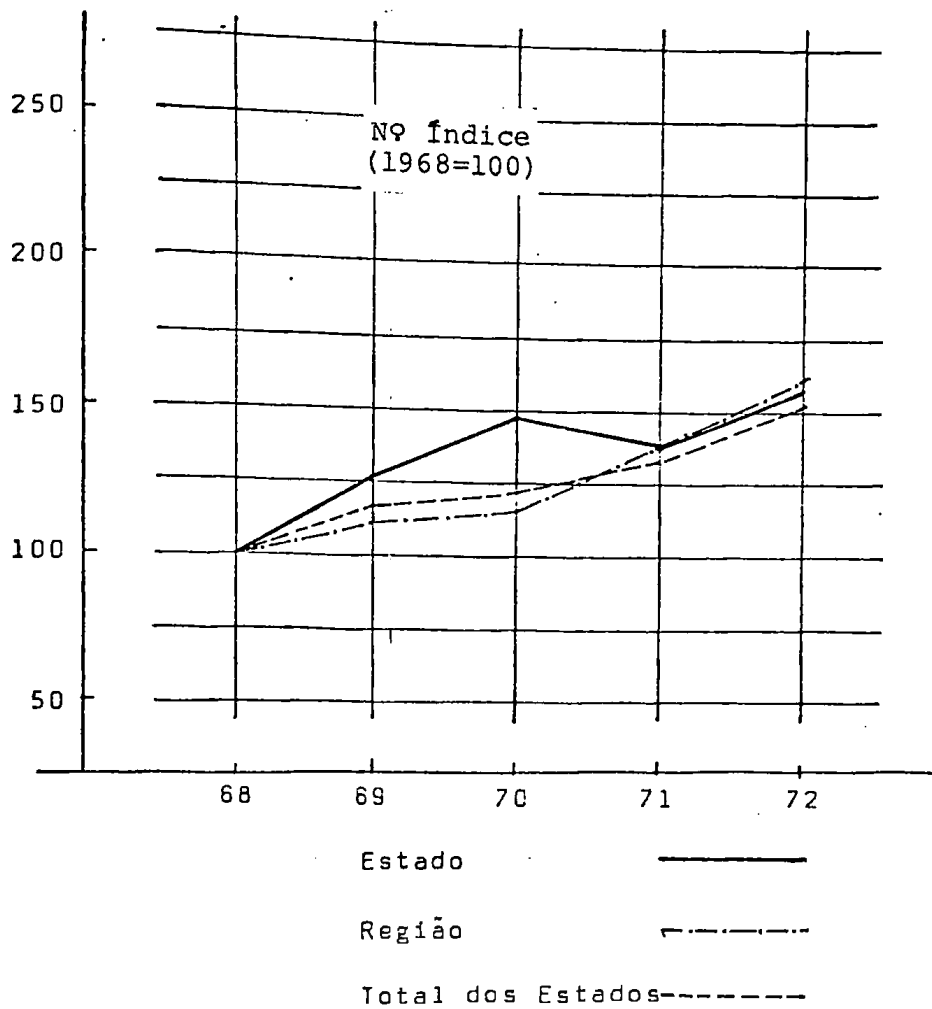
	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice:	100	126	148	138	158
Acrêscimos Anuais: (%)	-	+25,9	+17,8	- 6,8	+14,5

O gráfico seguinte apresenta o crescimento, em termos reais, da Receita do Estado da Paraíba, da Receita da Região e do somatório das Receitas dos Estados e do Distrito Federal.<sup>2/</sup>

---

<sup>1/</sup> Tabelas PB - 1.2 e 1.3, apresentadas no anexo II deste volume.

<sup>2/</sup> Tabelas BR - 1.2



### 1.1.3. Evolução da Despesa em termos reais

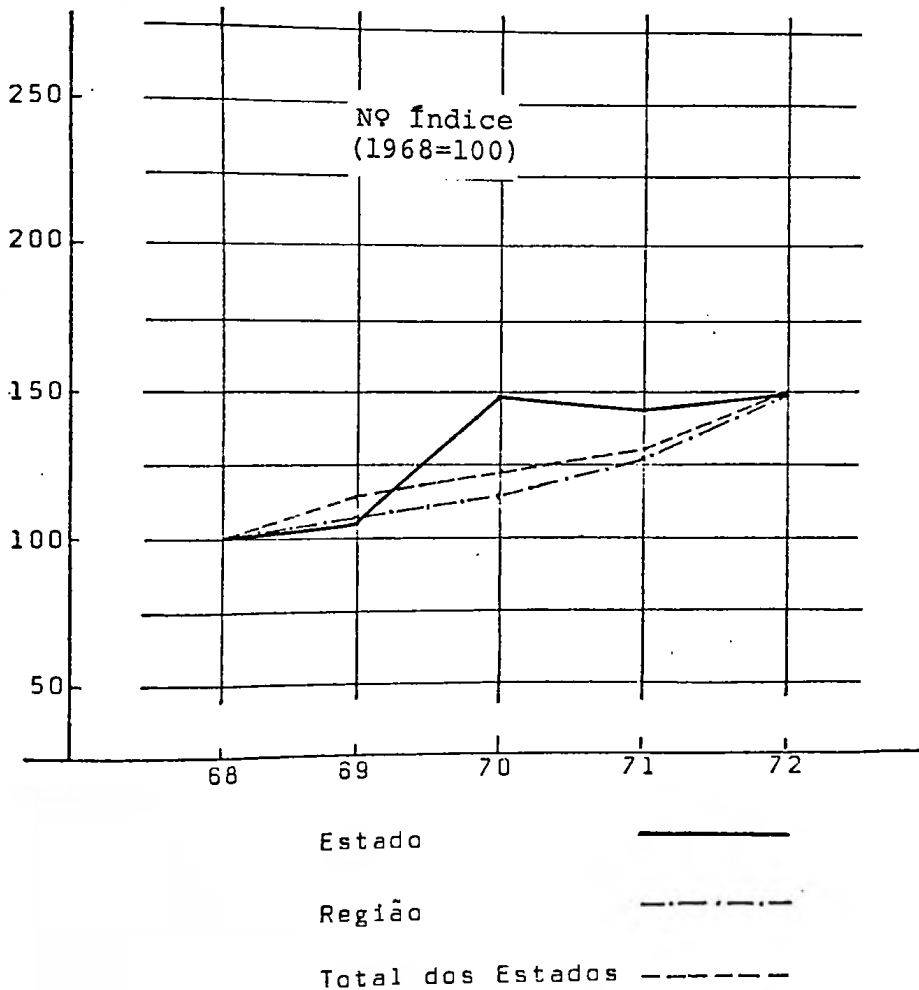
A evolução da Despesa em termos reais, de acôrdo com os dados abaixo, mostra uma tendência ascendente, semelhante à observada para a Receita<sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice:	100	105	149	130	148
Acrêscimos Anuais: (%)	-	+ 5,2	+41,8	-13,0	+14,3

<sup>1/</sup> Tabelas PB - 1.2 e 1.3

Para o sub-período 1968/70, observa-se um crescimento de 22,1% a.a., ligeiramente superior ao da Receita no mesmo período, 21,8% a.a.

O gráfico abaixo apresenta o crescimento, em termos reais, da Despesa do Estado, da Despesa da Região e do somatório das Despesas dos Estados e do Distrito Federal.<sup>1/</sup>



## 2. ANÁLISE DA RECEITA

A análise da Receita se desdobrará em duas etapas:

- 2.1. - análise segundo as categorias econômicas;
- 2.2. - análise segundo a origem.

<sup>1/</sup> Tabela BR - 3.1

Neste segundo sub-ítem será dado destaque ao ICM e as Transferências e sua posição relativa no Orçamento.

## 2.1. Análise segundo as Categorias Econômicas

O Gráfico nº V apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra as Receitas dos Estados da Região Nordeste desdobradas em Receitas Correntes e de Capital.<sup>1/</sup> Paraíba tem as Receitas de Capital com proporção menor que a média regional na composição da Receita Total em 1968 e 1972, enquanto que em 1970 tem uma maior proporção de Receitas de Capital que a composição média regional. O Estado tem a composição da Receita, segundo categorias econômicas, evoluindo em um ritmo diferente da composição média regional.

### 2.1.1. Evolução em termos reais das Receitas Correntes e de Capital

A evolução das Receitas Correntes, em termos reais, processou-se a um ritmo lento, 2,0% a.a., no sub-período 1968/70. Já para o sub-período 1971/72 (dados de Orçamento) as estimativas para as Receitas Correntes levam à uma aceleração de sua evolução, quando passam a crescer a uma taxa de 14,2% a.a. (\*)

As Receitas de Capital apresentam para o sub-período 1968/70 um ritmo de evolução substancialmente elevado, de +87,6% a.a. Os valores estimados para 1971 e 1972 implicam em uma reversão de tendência, pois as Receitas de Capital estão estimadas em evoluir a -14,0% a.a.

O quadro a seguir mostra a evolução, em termos reais, das Receitas Correntes e de Capital.<sup>2/</sup>

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.6

<sup>2/</sup> Tabelas PB - 1.2 e 1.3

(\*) As taxas de crescimento para o período de previsão orçamentária foram calculadas com base no ano de 1970. Este procedimento visou correlacionar as tendências diversas assumidas nos sub-períodos 68/70 e 71/72, construídos, respectivamente, com dados de balanço e previsão orçamentária.



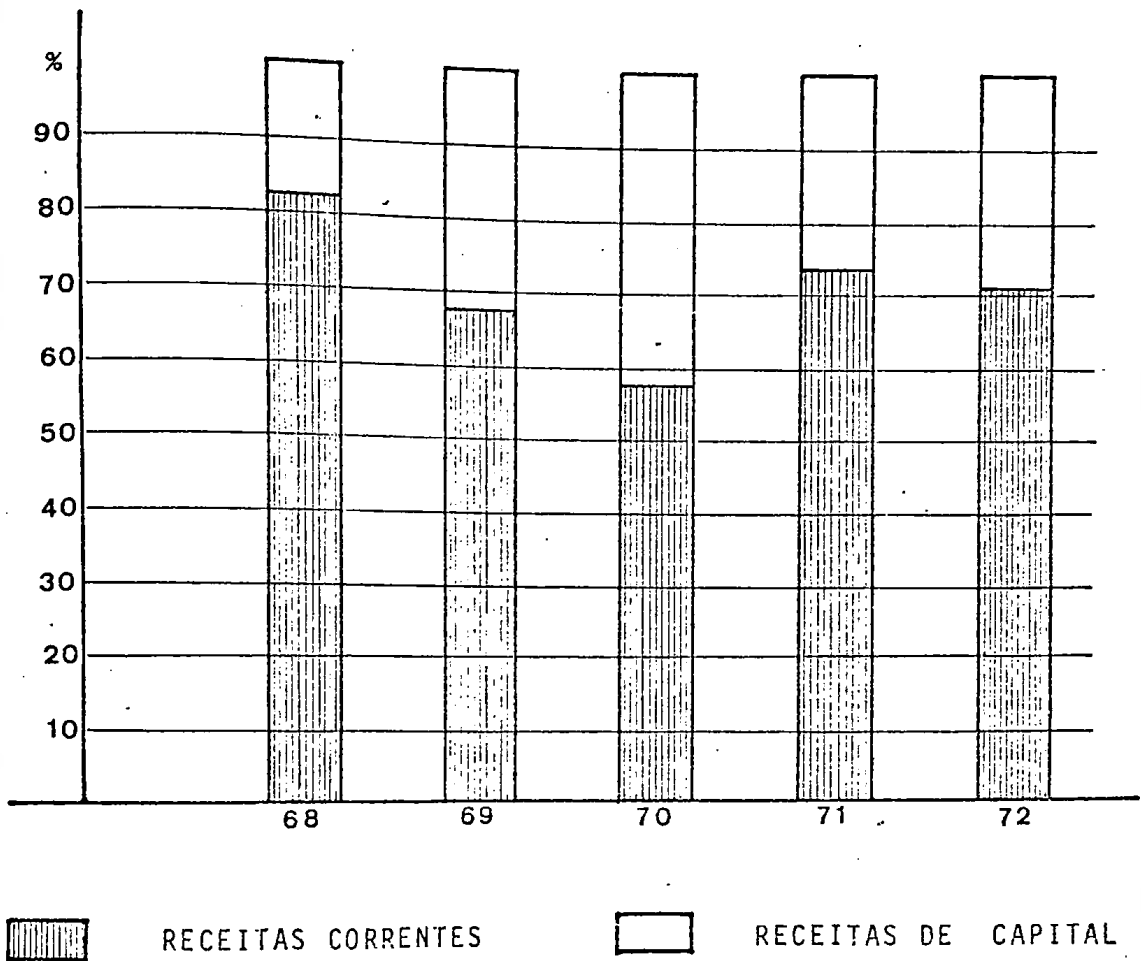
Receita Corrente e de CapitalNº Índice - 1968 = 100

ANO \ RECEITA	CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	104	228
1970	104	352
1971	124	204
1972	135	261

2.1.2. A Composição Percentual da Receita segundo as Categorias Econômicas

O ritmo de crescimento mais acelerado das Receitas de Capital conduziu à modificação da composição do Total de Receitas, com um declínio da participação relativa das Receitas Correntes, no sub-período 1968/70, e uma posterior elevação de sua participação segundo os valores estimados para 1971 e 1972, como mostra o gráfico seguinte:<sup>1/</sup>

<sup>1/</sup> Tabela PB - 1.1



O comportamento acima descrito para as Receitas de Capital é explicado, como será visto a seguir, pela evolução acelerada das Transferências de Capital, o principal elemento componente das Receitas de Capital, e principalmente, pela expansão das Operações de Crédito, que passam de 3,5 Cr\$ milhões em 1968 para 50,2 Cr\$ milhões em 1970, a preços constantes de 1972.<sup>1/</sup>

<sup>1/</sup> Tabela PB - 2.2

## 2.2. Análise segundo a Origem

O Gráfico nº VI apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra a comparação da composição das Receitas dos Estados da Região, desdobradas em Próprias e Transferências, situando-se, ao final do período, a Paraíba como um dos Estado com maior proporção de Receitas de Transferências.<sup>1/</sup> Mas, em 1968 e 1970, Paraíba tem a participação das Transferências em sua receita menor que a composição da Região. Há assim, uma substancial alteração da posição relativa da Paraíba entre os Estados do Nordeste, quando a participação das Transferências em sua Receita.

### 2.2.1. Evolução em termos reais das Receitas Próprias e Transferências

A evolução das Receitas Próprias, em termos reais, identifica para o sub-período 1968/70 (dados de Balanço) uma tendência crescente, a uma taxa de +29,4% a.a., representando estas em 1970, 167% do seu valor em 1968. Para o sub-período 1971/72 a estimativa das Receitas Próprias mostram-nas decrescendo a uma taxa de 10,2% a.a.; os dados abaixo mostram essa evolução:<sup>2/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice:	100	132	167	123	135
Acrêscimos Anuais: (%)	-	+31,9	+26,9	-26,5	+ 9,8

1/ Tabela BR - 2.2.

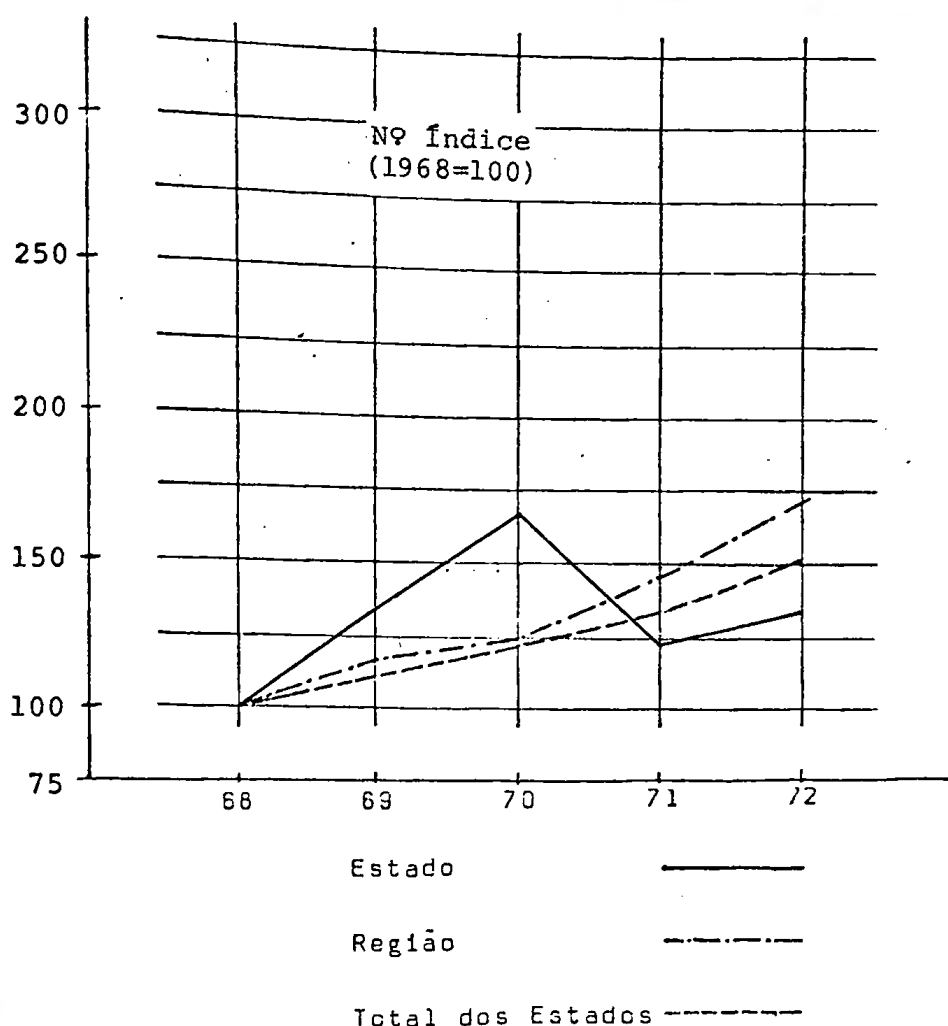
2/ Tabela PB - 2.2

O comportamento observado para as Receitas Próprias resultou, devido ao lento crescimento experimentado pelo ICM no primeiro sub-período, da substancial expansão, em valor absoluto a preços constantes de 1972, experimentada pelas "Operações de Crédito" (Cr\$ 3,5 milhões em 1968 e Cr\$ 50,2 milhões em 1970) e pelas "Outras Receitas" (Cr\$ 8,2 milhões em 1968 e Cr\$ 32,7 milhões em 1970). Já no segundo período, os substanciais decréscimos na estimativa para o ICM, para as "Outras Receitas" e para as Operações de Crédito", justificam a taxa negativa estimada para as Receitas Próprias no sub-período 1971/72.

O gráfico a seguir apresenta o crescimento em termos reais das Receitas Próprias do Estado, da Região e do Total de todos os Estados e Distrito Federal.<sup>1/</sup>

---

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.1.



O gráfico confirma as assertivas acima, ressaltando as previsões negativas relativamente aos resultados de balanços que mostraram grande dinamismo. Tal fato caracteriza um procedimento singular da programação orçamentaria do Estado, pois a maioria dos Estados da Região fazem suas estimativas baseadas em hipótese otimistas que, quase sempre, se chocam com as evidências históricas.

As Transferências em termos reais, no sub-período 1968 / 70 evoluíram a uma taxa de apenas 1,9% a.a.. As estimativas para o sub-período 1971/72 preveem-nas crescendo a uma taxa de 42,1% a.a..

O quadro abaixo apresenta o ritmo da evolução das Transferências para o Estado.<sup>1/</sup>

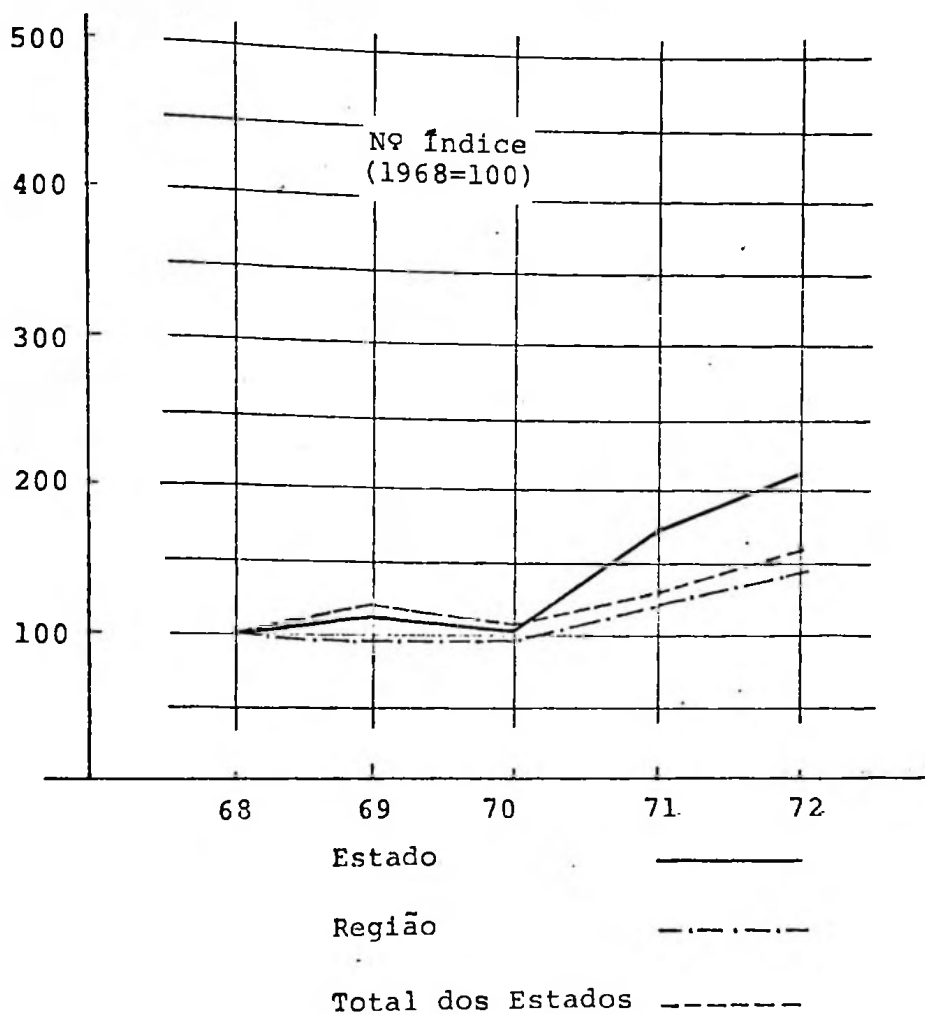
	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice:	100	112	104	173	210
Acréscimos Anuais: (%)	-	+11,8	- 7,1	+66,2	+21,5

O gráfico seguinte apresenta a evolução, em termos reais, das Transferências recebidas pelo Estado, pela Região e pelo total dos Estados e Distrito Federal.<sup>2/</sup> O ritmo em que evoluem, no período 1968/72, as Transferências para o Estado (20,3% a.a.) é bem mais intenso que o ritmo em que evolui o Total das Transferências para a Região (9,2% a.a.) e o ritmo da evolução do Total das Transferências para os Estados (12,3% a.a.). É necessário frisar que esta elevada taxa de expansão das Transferências é muito influenciada pelas estimativas de 1971 e 1972, e não representa o comportamento da tendência em todo o período.

---

<sup>1/</sup> Tabela PB - 2.2

<sup>2/</sup> Tabela BR - 2.1



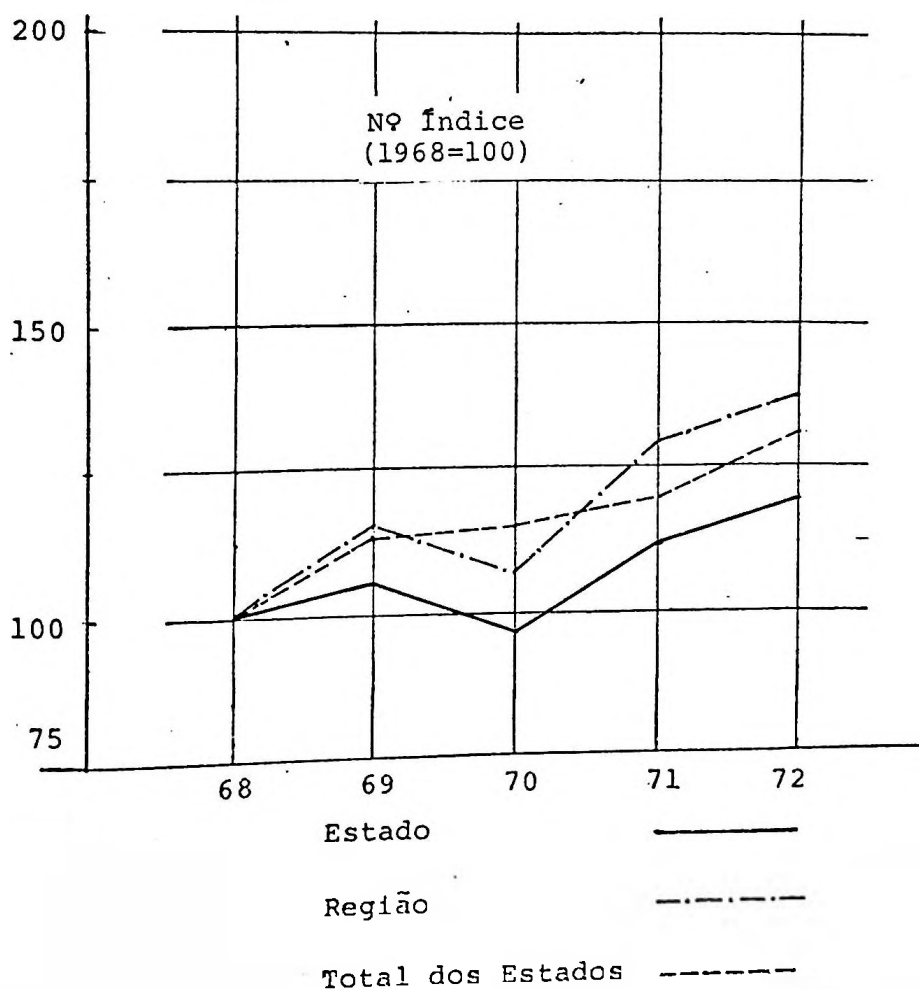
### 2.2.2. O ICM

O ICM, principal componente das Receitas Próprias, contribuiu para o Total de Receitas do Estado, no período 1968/70, com cerca de 51%, declinando lentamente sua participação no período subsequente, atingindo 48% em 1972.<sup>1/</sup>

<sup>1/</sup> Tabela PB - 2.1

Em termos reais, o ICM, no sub-período 1968/70, evolui a uma taxa da ordem de -1,5% a.a. Para os dados de Orçamento - sub-período 1971/72 - há previsão de que seu crescimento se efetue a uma taxa positiva elevada, ao contrário do sub-período anterior, ou seja de +10,8% 2.2.

O gráfico a seguir mostra a evolução comparada do ICM para Paraíba, para a Região Nordeste, e para os Estados da Federação.<sup>1/</sup> O ICM da Paraíba tem uma evolução a um ritmo inferior aos observados para os conjuntos dos Estados da Região e da Federação.



<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.2.1.



O Gráfico nº VII apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra a proporção do ICM no total de Receitas para todos os Estados da Região Nordeste nos anos de 1968, 1970 e 1972.<sup>1/</sup> Na Paraíba, o ICM tem uma participação na Receita próxima a média regional, e a tendência observada para o Estado é a mesma para a média da Região.

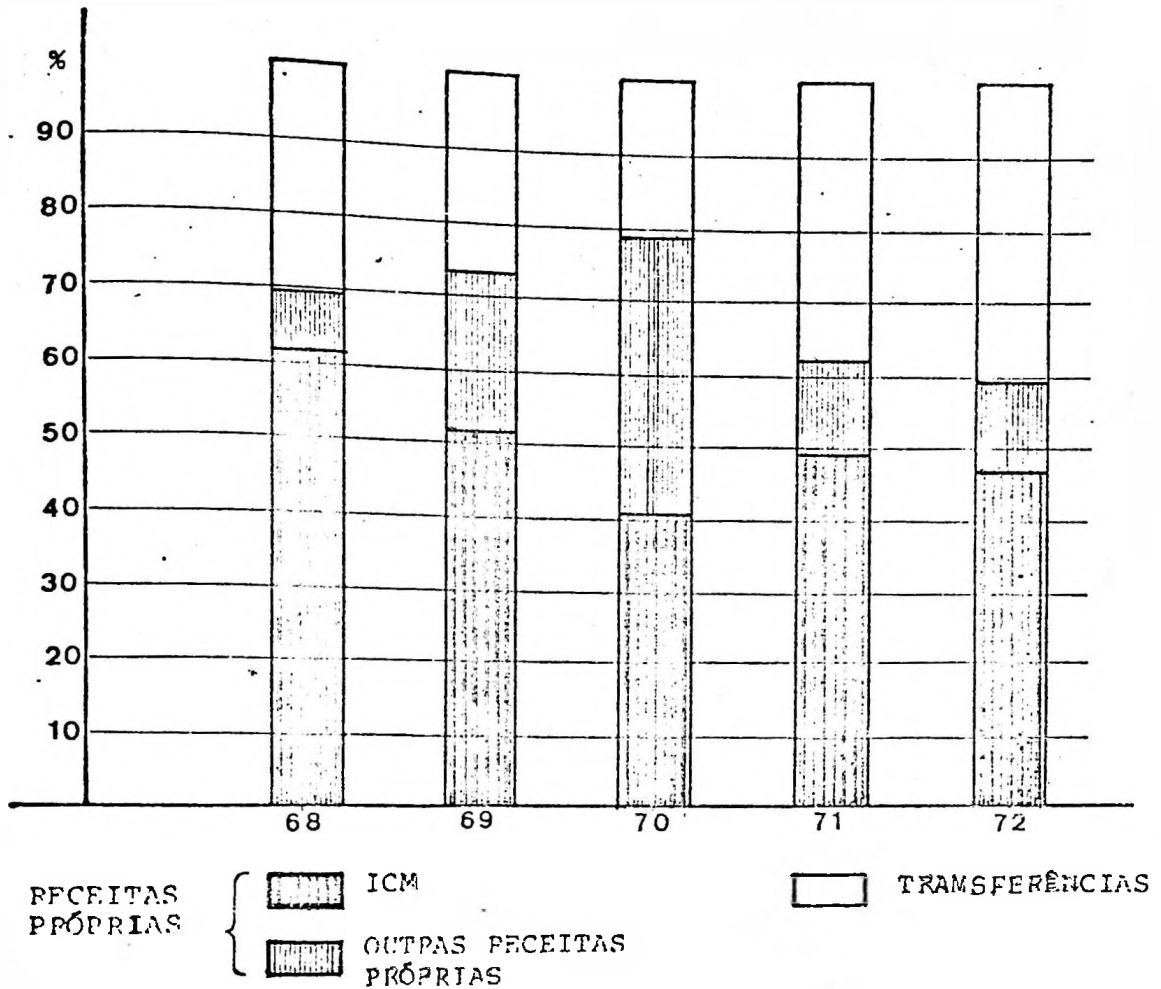
### 2.2.3. A Composição Percentual da Receita segundo a Origem

O ritmo de crescimento mostrado pelas Receitas Próprias e seus componentes e pelas Transferências implicou em que as Receitas Próprias elevassem sua participação relativa no Total de Receitas ao longo do sub-período 1968/70. No sub-período 1971/72 as previsões indicam uma diminuição da participação das Receitas Próprias.

O gráfico seguinte ilustra essa modificação da composição da Receita Estadual.

---

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.2.1



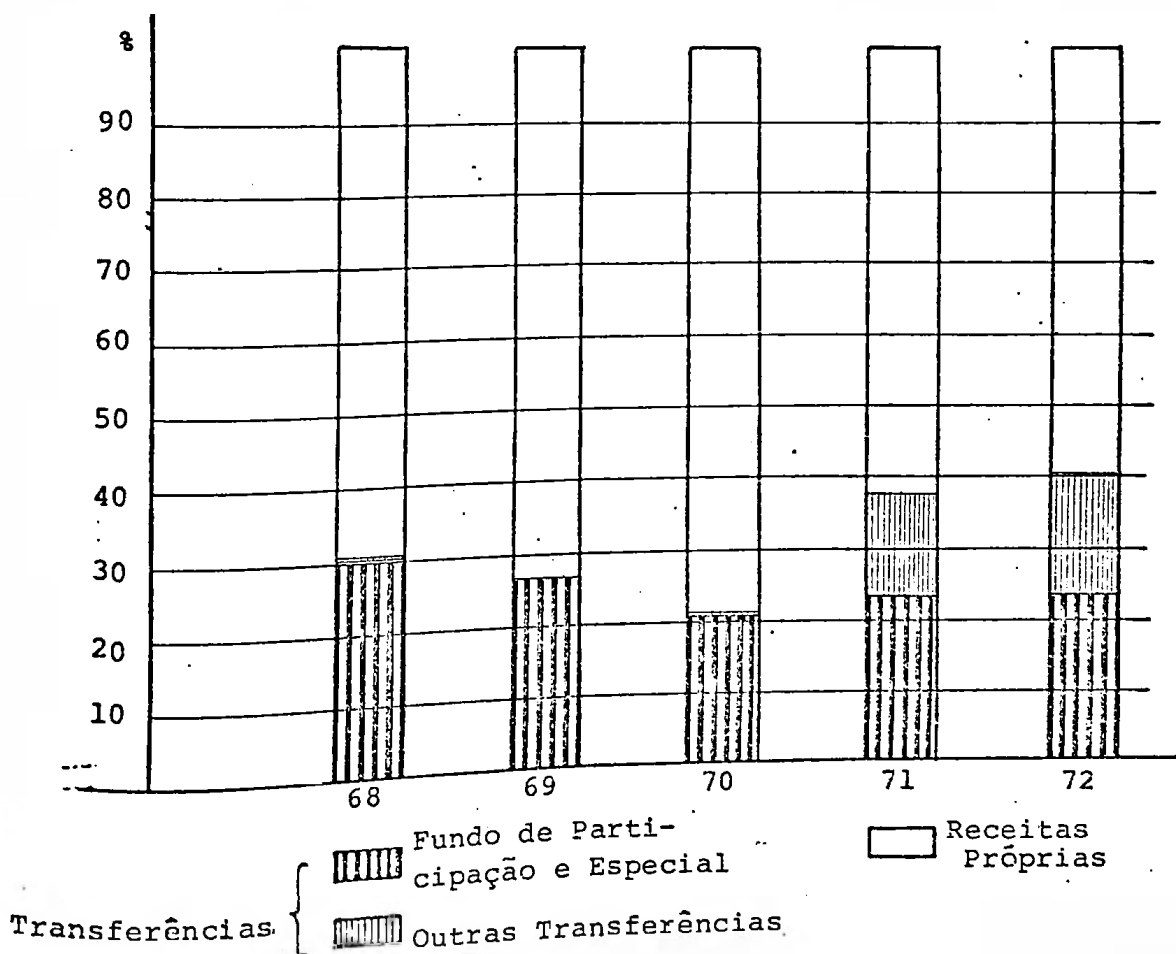
#### 2.2.4. As Transferências e sua posição relativa no Total das Receitas

As Transferências apresentam-se com uma participação relativa no Total das Receitas decrescente para os dados de Balanço, passando de 30,3% em 1968 para 21,2% em 1970. Para os dados de Orçamento sua participação é de 37,9% em 1971, elevando-se para ... 40,3% em 1972, atingindo assim, posições mais elevadas que as do sub-período anterior.

Em conjunto, os Fundos diminuíram sua contribuição no sub-período 1968/70, passando de 30,2% em 1968 para 21,0% em 1970, apesar da introdução do Fundo Especial em 1969. No segundo sub-período a participação relativa dos Fundos elevou-se um pouco, atingindo 23,5% em 1972.

As "Outras Transferências" mostram uma participação relativa crescente ao final do período, passando de 0,2% em 1968 e em 1970, para 16,8% em 1972, refletindo assim, o substancial crescimento previsto nas estimativas para o segundo sub-período.

As modificações estruturais ocorridas na composição das Transferências podem ser visualizadas no gráfico abaixo:<sup>1/</sup>



<sup>1/</sup> Tabela PB - 2.3

O Gráfico nº VIII apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra a comparação das Transferências recebidas pelos Estados da Região Nordeste, relativa ao total das Transferências recebidas por todos os Estados da Federação e do Distrito Federal.<sup>1/</sup>

O Estado da Paraíba tem uma participação crescente no total das Transferências, em decorrência do ritmo em que estão evoluindo as suas Receitas de Transferências, ritmo este, superior a aqueles a que evoluem os totais regional e nacional.

O Gráfico IX, apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra a comparação entre as Transferências do Fundos de Participação dos Estados e do Fundo Especial. O Estado da Paraíba mantém a sua participação, mas permanece como um dos Estados a ter menor participação nestas transferências.<sup>2/</sup>

O quadro abaixo apresenta a participação relativa da Paraíba no Total das Transferências e no Total dos Fundos:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferências (%)	1,9	1,8	1,8	2,5	2,5
Fundos (%)	3,7	4,8	4,5	4,6	4,3

#### 2.2.5. Receitas em termos "Per-capita"

##### Receitas Próprias "Per-capita"

As Receitas Próprias "per-capita" da Paraíba são inferiores à média regional das Receitas Próprias "per-capita" em todo o período. A menor intensidade do ritmo de evolução das Receitas Próprias do Estado em relação ao ritmo de evolução ocorrido nos demais Estados da Região, faz com que as Receitas Próprias "per-capita" da Paraíba permaneçam inferiores à média regional.<sup>3/</sup>

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.5  
<sup>2/</sup> Tabela BR - 2.5.1  
<sup>3/</sup> Tabela BR - 2.3

Em 1968 as Receitas Próprias "per-capita" do Estado eram de 43,29 Cr\$/hab. ou de 81% da média regional de 53,32 Cr\$/hab. Em 1972, as Receitas Próprias "per-capita" estão estimadas em 54,9 Cr\$/hab. ou apenas 65% da média regional, ocorrendo assim uma diminuição relativa substancial da disponibilidade própria de recursos em termos "per-capita". O Gráfico nº X, apresentado no Anexo da primeira parte, mostra as Receitas Próprias "per-capita" dos Estados Nordestinos, do total dos Estados, e da Região Nordeste. Observa-se facilmente para a Paraíba, o comportamento acima descrito.

#### Transferências "Per-Capita"

As Transferências "per-capita" em termos reais recebidas pelo Estado apresentam-se superiores às Transferências "per-capita" calculadas para a Região Nordeste e inferiores ao valor para o total dos Estados e Distrito Federal, ao final do período.<sup>1/</sup>

Em 1968, as Transferências "per-capita" eram de 18,79 Cr\$/hab., ou 73% da média regional de 25,87 Cr\$/hab. Em 1972, as Transferências "per-capita" estão estimadas em 36,52 Cr\$/hab., ou 110% da média regional de 33,24 Cr\$/hab., havendo assim, uma substancial melhoria da posição do Estado ao se aproximar e ultrapassar ligeiramente a média regional.

O Gráfico nº XI apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra as Transferências "per-capita" recebidas pelos Estados comparadas às da Região Nordeste e às do Total dos Estados. Observa-se que o valor referente à Paraíba se aproxima, e ultrapassa, ao final do período, a média regional.

As Transferências têm uma evolução mais rápida que as Receitas Próprias, pois enquanto estas evoluem a 7,8% a.a. no período de 1968/72, as Transferências se expandem a 20,3% a.a. Esta constatação significa o aumento da dependência do Governo Estadual às contribuições financeiras do Governo Federal, pelo menos, segundo as estimativas para 1971 e 1972.

<sup>1/</sup> Tabela BR - 3.3

### 3. ANÁLISE DA DESPESA

A abordagem do item Despesa será efetuada segundo:

3.1 - as categorias econômicas

3.2 - as funções

#### 3.1. Análise segundo as Categorias Econômicas

O Gráfico nº XII apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra a composição das Despesas dos Estados da Região Nordeste, segundo as categorias econômicas.

Paraíba, que em 1968 já era um dos Estados com menor proporção de gastos correntes, passa a ser em 1970 o Estado com menor proporção. Mas em 1972, segundo as estimativas, deverá estar gastando uma proporção igual a proporção média da Região. Em outras palavras, Paraíba passa da posição de maior proporção de gastos de Capital no início do período, para ao final do período estar com uma composição de gastos idêntica à composição média da Região.<sup>1/</sup>

##### 3.1.1. Evolução em termos reais das Despesas Correntes e de Capital

O crescimento das Despesas Correntes, em termos reais, mostrou-se significativo no sub-período 1968/70, taxa de 9,8% a.a. No sub-período 1971/72, as estimativas implicam em uma taxa de crescimento muito semelhante, da ordem de 9,6% a.a.

O comportamento verificado para as Despesas Correntes no primeiro sub-período resultou, do intenso crescimento verificado para as "Outras Despesas Correntes" (taxa da ordem de 17,5% a.a.), já que as "Despesas com Pessoal" evoluíram a uma taxa modesta da ordem de 4,1% a.a.

A estimativa de comportamento para o segundo sub-período decorre tanto das previsões de crescimento mais elevadas para as Despesas com Pessoal, como das previsões mais modestas para as "Outras Despesas Correntes" (taxas da ordem de 9,3% a.a. e 9,9% a.a. respectivamente).

A evolução das Despesas de Capital, em termos reais, apresenta-se muito acentuada (taxa de 42,1% a.a.) no sub-período - 1968/70 e apresenta decréscimo de 12,5% a.a. para o sub-período 1971/72.

O quadro abaixo ilustra a evolução, em termos reais, das Despesas Correntes e de Capital.

Nº Índice - 1968 = 100

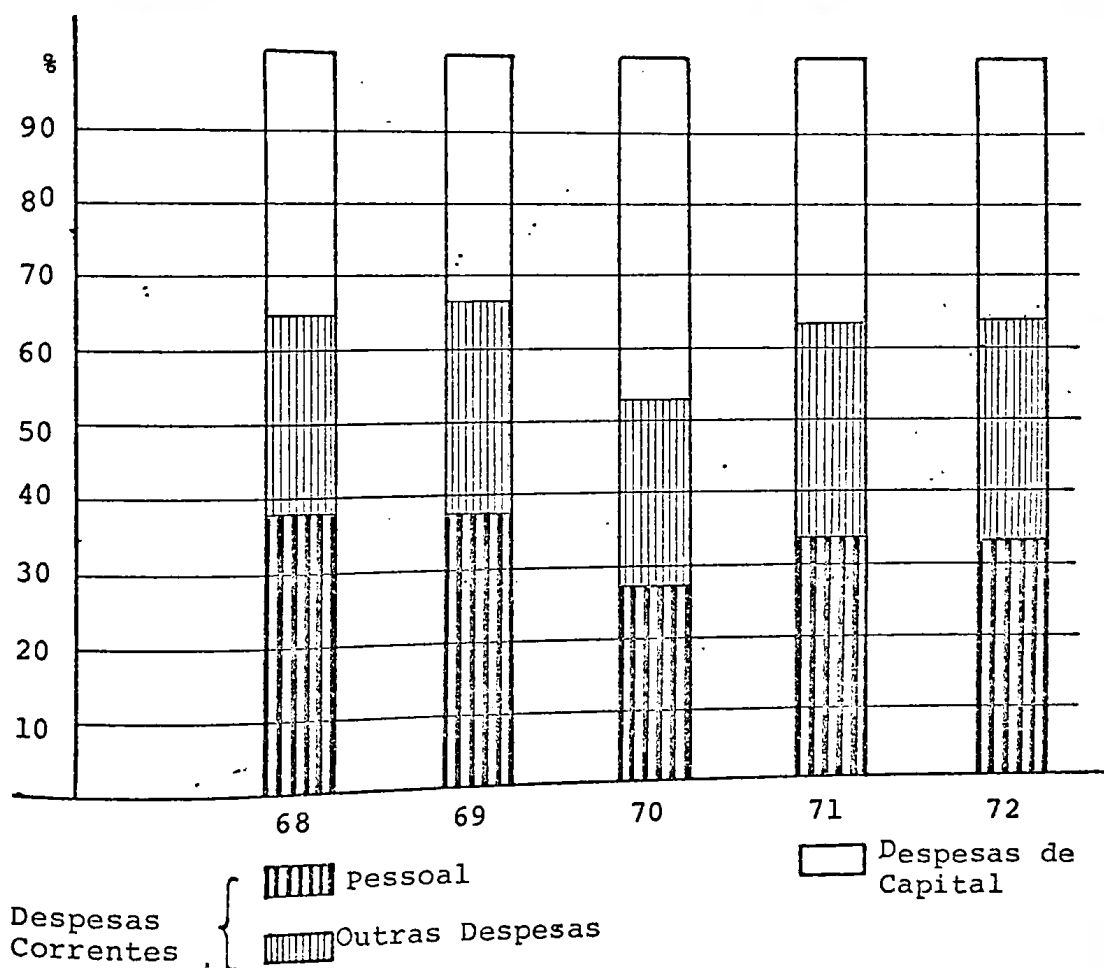
ANO \ DESPESA	CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	108	100
1970	121	202
1971	126	137
1972	145	155

O Gráfico nº XII apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra a comparação das Despesas com Pessoal para os Estados da Região.<sup>1/</sup> Paraíba tem uma proporção de gastos com Pessoal inferior à média regional no início do período, mas com evolução se aproximando desta média.

<sup>1/</sup> Tabela BR - 3.4

### 3.1.2. A Composição Percentual da Despesa segundo as Categorias Econômicas

O descompasso no ritmo de crescimento entre as Despesas de Capital e as Despesas Correntes determinou uma mudança na composição do Total das Despesas, mas sem uma tendência definida para todo o período, como evidencia o gráfico abaixo.<sup>1/</sup>



### 3.1.3. Despesas Com Pessoal e Capital em termos "per-capita"

As Despesas com Pessoal "per-capita", em termos reais nos tram-se em contínua, porém lenta, expansão, passando de 25,10 Cr\$/

<sup>1/</sup> Tabela PB - 3.1.



hab. para 30,10 Cr\$/hab. no período 1968/72. Em termos relativos, a Despesa com Pessoal "per-capita" do Estado que em 1968 representava 65% da média calculada para a Região Nordeste (de 35,44 Cr\$/hab.), deverá elevar-se para 78% em 1972, dessa média, (de 38,82 Cr\$/hab), o que indica que a estrutura do Governo Estadual, custa menos por habitante que a média regional, mas que está se aproximando desta média.<sup>1/</sup>

As Despesas de Capital "per-capita", em termos reais se elevam de 23,20 Cr\$/hab. para 33,20/Cr\$/hab. no período de 1968/72. No mesmo período, as Despesas de Capital "per-capita" calculadas para a Região Nordeste passaram de 27,55 Cr\$/hab. para 42,90 Cr\$/hab. e, em termos relativos, os valores para o Estado representam, respectivamente, 84% e 77% dos valores para a Região. Desta forma, o Governo Estadual pretende dispender em formação de Capital, cifras por habitante, cada vez mais, inferiores as regionais.<sup>2/</sup> É necessário ressaltar que a evolução das Despesas de Capital "per-capita" é muito irregular. Em 1970, a Despesa de Capital "per-capita" para a Paraíba era de 44,90 Cr\$/hab., ou 139% da média regional, de 32,27 Cr\$/hab., posição essa substancialmente diferente das posições no início e final do período.

### 3.2. Despesas por Funções

Os setores Governo, Administração Geral e Financeira, Viação e Comunicação e Educação e Cultura, respondem no conjunto, em média, por mais de 60% do total de Despesas. O quadro seguinte, a apresenta a participação relativa no total de Despesas, desses seto res em conjunto e sua posição individual.<sup>3/</sup>

<sup>1/</sup> Tabelas PB - 3.4 e BR - 3.2  
<sup>2/</sup> Tabelas PB - 3.4 e BR - 3.2  
<sup>3/</sup> Tabela PB - 3.3

Despesa segundo as principais funções(Despesa Total = 100%)

SETORES ANOS	GOV. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINAN CEIRA	VIAÇÃO TRANS- PORTES E COMUNICAÇÕES	EDUCAÇÃO E CULTURA	TOTAL
1968	39,9	18,5	16,9	75,3
1969	29,9	15,5	14,5	59,9
1970	25,2	23,5	12,2	60,9
1971	35,0	10,0	13,5	58,5
1972	36,2	10,1	15,7	62,0

Há uma tendência decrescente no período 1968/72 para a participação do conjunto de setores especificados no quadro acima.

A irregularidade da evolução isolada de cada setor se reflete na ausência de uma tendência definida e regular para o total.

#### 4. ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

##### 4.1 Equilíbrio Orçamentário

##### 4.1.1 Saldo Orçamentário <sup>1/</sup>

O Estado da Paraíba tem o Saldo em Conta Corrente sempre positivo, atingindo uma proporção média em relação à Receita Total de +8,3% no período 1968/72. Enquanto isso o Saldo em Conta de Capital é sempre negativo, à exceção de 1969. Significando que há poupança corrente para financiamento das Despesas de Capital.

O Saldo Orçamentário foi deficitário em 1968 e 1970, e em 1969 apresentou um expressivo Superavit de 11% em termos relativos à Receita Total.

##### 4.1.2 Saldo Orçamentário Efetivo <sup>2/</sup>

Em todo o período o Saldo Orçamentário Efetivo é deficitário, e em termos relativos à Receita Total se apresenta expressivo, atingindo uma média de -10,8% no período 1968/72. Os dados abaixo apresentam a evolução do Saldo Orçamentário Efetivo em termos relativos a Receita Total <sup>3/</sup>.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita : (%)	-8,9	-2,8	-30,3	-5,6	-6,5

O comportamento do Saldo Orçamentário Efetivo do Estado, tem uma evolução mais satisfatória que a média regional <sup>4/</sup>. É o que pode ser concluído do quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita (NE)	-10,9%	-12,0%	-11,6%
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita (PB)	-8,9%	-30,3%	-6,5%

<sup>1/</sup> Saldo Orçamentário = Receita - Despesa (Tabela PB-4.1)

<sup>2/</sup> Saldo Orçamentário Efetivo = Saldo Orçamentário - Operações de Crédito (Tabela 4.1)

<sup>3/</sup> Sinal (-) corresponde a Deficit, e o sinal (+) corresponde a Superavit

<sup>4/</sup> Tabela BR- 4.1 (Anexo I, 1a. Parte)

O Gráfico nº XIV apresenta a relação entre o Saldo Orçamentário Efetivo e a Receita para os Estados da Região Nordeste <sup>1/</sup>. Observa-se que a Paraíba segue a tendência geral da Região. Conser<sup>v</sup>vando uma relação de Deficit Orçamentário Efetivo/Receita, em 1968 e 1972, próxima da média regional, apesar de um pouco inferior. Mas em 1970, Paraíba foi o Estado nordestino de maior deficit em termos relativos à Receita.

#### 4.2 Financiamento das Despesas de Capital

A primeira variável a ser analisada é a Poupança em Conta Corrente <sup>2/</sup>. O quadro abaixo permite concluir que a Poupança Corrente tem importância no financiamento das Despesas de Capital, pois é expressiva a sua proporção em termos relativos à Receita Total, como permite concluir o quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Saldo em Conta Corrente/ Receita (%)	+13,2	+8,6	+1,6	+10,7	+7,3

O Gráfico nº XV apresenta a relação entre o Saldo em Conta Corrente e a Receita para os Estados da Região Nordeste. Verifica-se que o Estado da Paraíba tem uma posição relativa que segue a tendência geral dos Estados da Região, e que a posição do Estado é sempre favorável, se encontrando na posição de maior proporção de Poupança Corrente em 1972, e tendo em 1968 e 1970 uma proporção ~~das~~ mais elevadas de Poupança Corrente/Receita.

Após analisar a evolução da Poupança Corrente, é necessário identificar a sua participação no financiamento das Despesas de Capital. É o que apresenta o quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Saldo em Conta Corrente/ Despesas de capital: (%)	+35,3	+29,0	+3,1	+29,0	+19,8

A participação da Poupança Corrente no financiamento das Despesas de Capital é substancial, e alcançou uma média de 23,2% no período 1968/72. É necessário observar que as estimativas referentes aos dados do Orçamento, 1971 e 1972, es-

<sup>1/</sup> Tabela BR- 4.1

<sup>2/</sup> Tabela PB- 4.2

tão dentro do comportamento anterior correspondente aos dados de Balanço.

Outra fonte importante de recursos para o financiamento das Despesas de Capital é constituída pelas Operações de Crédito. O quadro abaixo apresenta a relação entre as Operações de Crédito e as Despesas de Capital:<sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Operações de Crédito/ Despesas de Capital: (%)	6,5	46,6	45,6	15,0	17,8

Principalmente para os exercícios de 1969 e 1970, a participação das Operações de Crédito é muito elevada. No período 1968/72, a participação média foi de 26,3%.

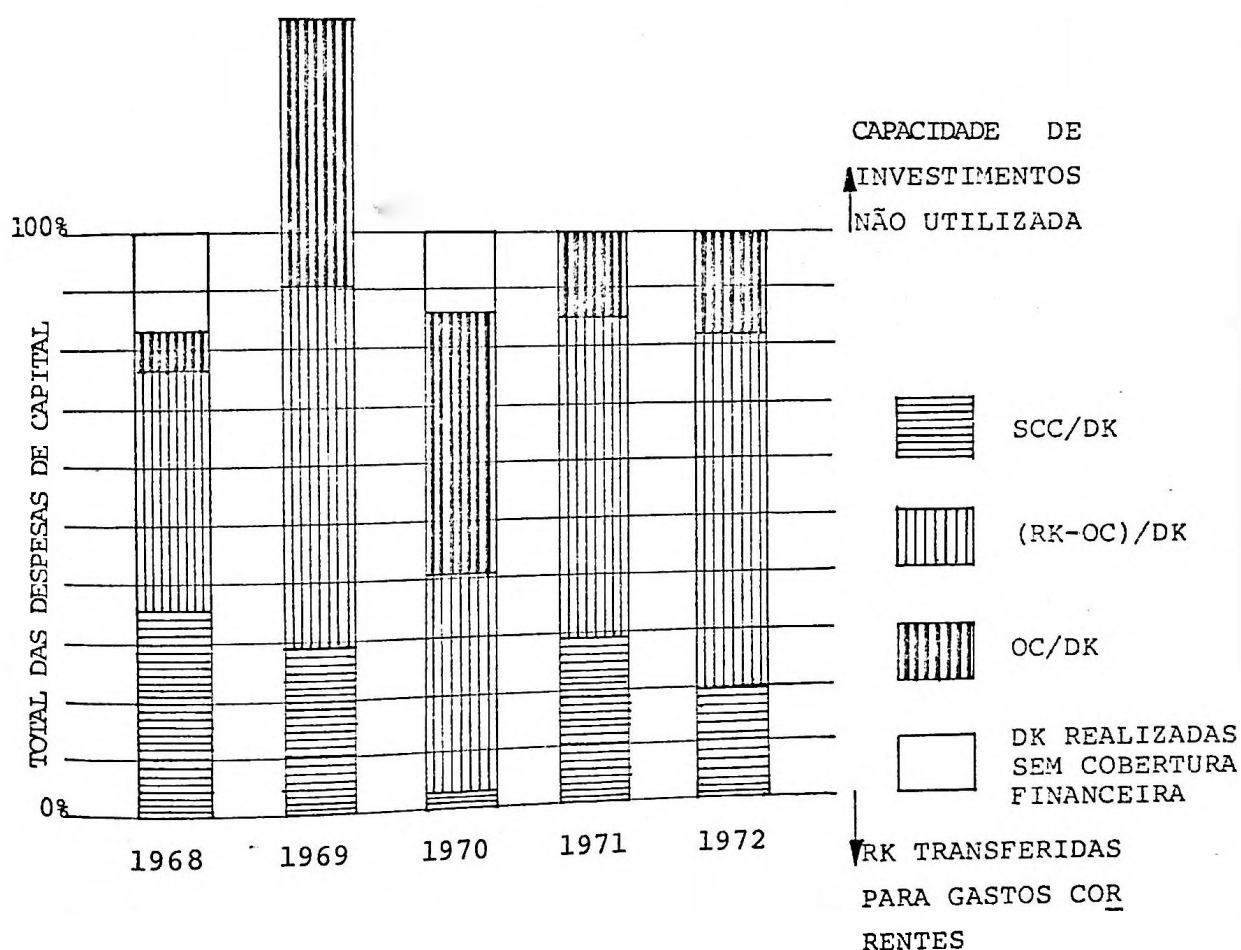
Além da Poupança Corrente e das Operações de Crédito, as Transferências de Capital constituem a mais importante fonte de recursos para Despesas de Capital. A participação das Transferências de Capital nas Despesas de Capital é apresentada no quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferências de Capital/ Despesas de Capital: (%)	41	62	30	56	56

O gráfico seguinte apresenta a composição segundo a origem dos recursos para financiamento das Despesas de Capital. Observe-se que a principal fonte é constituída pelas Receitas de Capital excluídas as Operações de Crédito (RK - OC). É importante ressaltar que as Transferências de Capital estão incluídas

<sup>1/</sup> Tabela PB - 4.3

no item anterior, RK-OC. A Poupança Corrente, ou Saldo em Conta Corrente (SCC) e as Operações de Crédito (OC) têm participação decisiva no financiamento das Despesas de Capital, como pode ser observado no gráfico. Em 1968 e 1970, uma pequena parcela das Despesas de Capital foram realizadas sem cobertura financeira.



## 5. O ENDIVIDAMENTO DO ESTADO

### 5.1. Composição da Dívida

Não há informação acerca da existência ou não da Dívida

Fundada Externa. A Dívida Interna está tendo uma radical alteração em sua composição como mostra o quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>
Dívida Fundada: (%)	41,8	71,9	83,4
Dívida Flutuante: (%)	58,2	28,1	16,6

Enquanto o montante, a preços correntes, da Dívida Flutuante está diminuindo, o montante da Dívida Fundada está se elevando rapidamente: em 1968 era de 11,2 Cr\$ milhões e em 1970 já alcançava 67,6 Cr\$ milhões. <sup>1/</sup>

## 5.2. Relação entre Dívida e Receita

A relação entre a Dívida e a Receita constitui um bom indicador do processo de endividamento de governos. Paraíba tem um processo de endividamento em ritmo crescente, conforme mostra o quadro abaixo: <sup>2/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>
Dívida/Receita Total: (%)	36,1	33,4	50,9
Dívida/Receitas Próprias: (%)	51,7	45,8	64,7

O Gráfico nº XVI, apresentado no Anexo I do Volume 14, apresenta a Dívida em relação à Receita, dos Estados Nordesteiros, da Região Nordeste, e do conjunto dos Estados do País. <sup>3/</sup>

Em 1968 e 1970, a Paraíba é um dos Estados mais endividados da Região. Já em 1972, está previsto que a Paraíba será o Estado mais endividado da Região.

Enquanto os indicadores, Dívida/Receita e Dívida / Receitas Próprias fornecem uma boa medida do montante da Dívida, o Serviço da Dívida é o indicador capaz de fornecer uma boa medida das consequências do processo de endividamento. O

<sup>1/</sup> Tabela PB - 5.1

<sup>2/</sup> Tabela PB - 5.2

<sup>3/</sup> Tabela BR - 5.1

Serviço da Dívida, ou seja, as Amortizações e os Juros, tem uma participação crescente em relação à disponibilidade de recursos. O quadro abaixo apresenta as relações: Serviço da Dívida e Receita Total e Dívida e Serviços da Dívida e Receitas Próprias.<sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Serviço da Dívida/Receita Total: (%)	1,3	0,8	7,3	10,8	11,7
Serviço da Dívida/Receitas Próprias: (%)	1,9	1,1	9,3	17,4	19,6

A análise do quadro acima identifica um crescente comprometimento de recursos pelo Serviço da Dívida. Para 1971 e 1972, este comprometimento é elevado e representa uma substancial expansão quando comparadas com os dados para 1968 e 1969.

Outro aspecto relevante do processo de endividamento é a relação entre as Amortizações e as Operações de Crédito. As estimativas para 1971 e 1972 são de Amortizações de 13,4 e 18,5 Cr\$ milhões, respectivamente, e de Operações de Crédito de 10,0 e 15,0 Cr\$ milhões, respectivamente. As Amortizações, em termos relativos às Operações de Crédito, representam 134% e 123%, em 1971 e 1972, respectivamente. Estas proporções demonstram como são expressivos os montantes das Amortizações.



D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### ESTADO DA PARAÍBA

1. Encontro Nacional de Secretários de Planejamento - Notas taquigráficas das reuniões. "Estado da Paraíba - esboço de um programa de ação". Brasília, 15 a 17/12/1971. 9 p.
2. Lei nº 3.674, de 14 de dezembro de 1971. Orçamento do Estado para o exercício de 1972. Diário Oficial do Estado da Paraíba João Pessoa, 17 de dezembro de 1971.
3. Orçamento analítico do Estado para 1971. João Pessoa, 1970 . 78 p.
4. Orçamentos analíticos do Estado para o exercício de 1970. João Pessoa, 1969. 41 p.
5. Orçamento geral para 1970. João Pessoa, 1969. 25 p.
6. Orçamento geral para 1971. João Pessoa, 1970. 31 p.
7. Revista de Finanças Públicas. Cons. Tec. Econ. e Fin. - Ministério da Fazenda - Vols. 290/301.

E - ANEXOS

ANEXO I - O PLANEJAMENTO ESTADUAL

# O PLANEJAMENTO ESTADUAL DA PARAÍBA

## 1 ANTECEDENTES

1.1 No Encontro Nacional de Secretários de Planejamento, os documentos apresentados pela Paraíba não abordam o tema sobre a experiência estadual de planejamento.

1.2. a 1.5. O Plano em elaboração deverá ser o primeiro do Estado. No passado, os planos eram específicos, condicionados às normas baixadas pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral para aplicação dos recursos dos Fundos de Participação e Especial consignados ao Estado.

## .2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DO PLANEJAMENTO

2.1 A tarefa de planejamento é atribuída à Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SPCG).

2.2. e 2.3. Pela Lei nº 3.411, de 28 de janeiro de 1966, o Poder Executivo foi autorizado a prover até 3 (três) cargos de Secretários Extraordinários para a realização de tarefas especiais e de relevante interesse quanto à organização da economia ou da administração do Estado, com as mesmas condições de investidura, prerrogativas, incompatibilidade, inelegibilidade e vencimentos dos demais Secretários de Estado.

O Decreto nº 4.190, de 10 de junho de 1966, definiu as atribuições e competência do Secretário Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica, para adaptar a estrutura administrativa do Estado aos objetivos promocionais do desenvolvimento econômico. Posteriormente, pelo Decreto nº 5.006, de 4 de maio de 1970, que incorporou à legislação estadual os princípios fundamentais do Decreto Lei nº 200 de 1967 (Reforma Administrativa), o Governo do Estado dispôs sobre a organização da Administração do Poder Executivo, passando inclusive, a Secretaria à denominação do Planejamento e Coordenação Geral (SPCG).

2.4 Não existe, ainda, estrutura organizacional aprovada pelo Governo do Estado. Entretanto, os estudos já em andamento sugerem um funcionamento com a seguinte estrutura básica:

- a) Órgãos Centrais de Direção
- i) Gabinete do Secretário

- ii) Gabinete do Subsecretário
  - b) Órgãos de Assessoramento
    - i) Assessoria de Planejamento e Coordenação
- ii) Procuradoria Jurídica
  - c) Órgãos de Direção e Execução
    - i) Departamento Central de Pesquisa e Estatística
- iii) Departamento de Administração
  - d) Órgão Vinculado
    - i) Cia. de Industrialização da Paraíba (CINEP)

Na estrutura ora em estudo, apenas a CINEP, Sociedade de Economia Mista, já funciona dentro de sua finalidade específica como órgão de apoio à política de industrialização do Estado, sujeita à supervisão do Secretário de Planejamento, nos termos e para os fins previstos no Decreto nº 4.457, de 13 de novembro de 1967.

2.5. Cabe à atual Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, as seguintes atribuições:

- a) elaboração do Plano Geral do Governo e sua coordenação;
- b) estudos e pesquisas sócio-econômicos e estatísticos;
- c) participação nas negociações econômico- financeiras com outros Estados e entidades nacionais e estrangeiras;

As funções do Sistema Estadual de Planejamento estão previstas e delineadas no capítulo VI do Decreto Lei nº 5.006, de 4 de maio de 1970. Serão organizadas sob a orientação normativa e supervisão - técnica e de coordenação e a fiscalização específica de um Órgão Central, as atividades de pessoal, material, orçamento, estatística, administração financeira e patrimonial, contabilidade e auditoria, planejamento e programação, transportes, telecomunicações e divulgação, além de outras atividades auxiliares que, a critério do Poder Executivo, necessitam de coordenação geral.

Os Órgãos Centrais do Sistema, criados dentro da nova organização administrativa do Estado, através do Decreto Supra citado situam-se:

- a) na Casa Militar, o de Transportes (controle de viaturas oficiais);
- b) na Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, o de Planejamento e Programação e o de Estatística;
- c) na Secretaria da Administração, os de Material e Pessoal;
- d) na Secretaria de Finanças, os de Administração Financeira e Patrimonial, Contabilidade e Auditoria, o de Orçamento, este conjuntamente com a Secretaria do Planejamento e o de Transportes (aquisição, manutenção e conservação de viaturas);
- e) na Secretaria dos Transportes, Comunicações e Obras, o de Telecomunicações;
- f) na Secretaria da Divulgação e Turismo, o de Divulgação.

Com a aprovação da estrutura básica, cujos estudos já se encontram em execução e os provimentos dos cargos que forem criados dentro da nova organização administrativa do Estado, com pessoal selecionado e capaz, estará a Secretaria do Planejamento capacitada a executar a coordenação da programação e do planejamento de ação governamental e os programas e planos específicos da política de desenvolvimento do Estado.

### 3 Quadro atual de Planejamento

#### 3.1 Aspéctos básicos

O Estado da Paraíba ainda não ~~completou~~ os trabalhos do seu Plano de Ação do Governo. Para o último "Encontro Nacional de Secretários de Planejamento" foi apresentado um documento denominado "Esboço de um Programa de Ação", contendo algumas considerações sobre as linhas básicas de atuação do atual Governo, definição dos programas e projetos Setoriais e comentários sobre a elaboração do OPI. Não apresenta diagnóstico nem faz referências ou análises de problemas econômicos do Estado.

Faz-se necessário ressaltar que o Governo da Paraíba já definiu as linhas mestras que servirão de base para a elaboração de seu Plano de Governo, abrangendo o período de 1972/74, com prazo de conclusão previsto para março do corrente ano.

3.2 e 3.3 O documento "Esboço de um Programa de Ação", por se tratar de uma síntese dos programas e projetos setoriais que integram o Plano de Governo, não faz referência específica a objetivos globais nem delinea uma estratégia a ser seguida.

Também para a parte setorial o documento não apresenta diagnóstico nem define estratégia. Relaciona metas sob forma de programas e projetos, os quais apresentamos no item 3.5.

A ausência de aspectos quantitativos no documento impede um exame acerca das prioridades. É citado no trabalho que o setor agropecuário se constitui na prioridade absoluta do atual Governo. Nenhuma outra referência é feita a outros setores.

3.4 Não há nenhuma abordagem acerca dos instrumentos que seriam utilizados para a realização dos programas.

### 3.5 Programas e Projetos prioritários.

Relacionam-se a seguir os programas e projetos a serem executados no atual governo:

#### AGRICULTURA

- a) abastecimento; i) construção da Central de Abastecimento da Grande João Pessoa; ii) Implantação do Centro de Abastecimento de Campina Grande;
- b) Agropecuária - Pesquisas e Experimentos: i) experimentos visando à obtenção de variedades de algodão MOCÓ com alta capacidade produtiva e resistência, para as zonas de maior concentração de produção; ii) ensaios experimentais sobre o comportamento e competição de variedades e determinações de técnicas de cultivo do milho, feijão, soja, sorgo, mamona e abacaxi; iii) determinação de tratamentos culturais, espaçamento e fitossanidade para a cul



tura do algodão; iv) experimentação de variedades grmineas forrageiras mais resistentes ao pisoteio exigido pelas modernas técnicas de manejo dos rebanhos, visando à formação de capineiras artificiais; v) ensaios experimentais visando à introdução de lavouras exóticas; vi) determinação de fórmulas, níveis e épocas de adubação do algodão, milho e feijão; vii) continuidade dos trabalhos de pesquisa e informação de mercado, visando informar semanalmente ao produtor o comportamento dos preços nos mercados de João Pessoa e Campina Grande; viii) implantação de um laboratório de análise de solos e águas para fins agrícolas.

- c) Fomento e Promoção Agropecuária: i) revenda de insumos e implementos agrícolas ao produtor, através da Companha Integrada de Desenvolvimento Agropecuário - (CIDAGRO), já em fase de implantação; ii) instalação - de 25 postos de vacinação de animais nos municípios concentradores da pecuária, visando à vacinação de 1.500 - mil cabeças de animais contra as principais epizootias; iii) implantação de uma campanha de combate racional de febre aftosa, dentro das normas da Campanha Nacional Contra a Febre Aftosa do Ministério da Agricultura; iv) assistência técnica, através de 30 postos sanitários, aos produtores, visando ao combate das principais parasitoses dos rebanhos; v) produção e revenda de sementes melhoradas de algodão, milho e feijão; vi) produção e revenda de mudas fruteiras tropicais e essências florestais para reflorestamento; vii) constituição de 5 patrulhas motomecanizadas, visando à promoção da pequena e média açudagem; viii) assistência técnica à implantação de projetos de irrigação nos vales úmidos eletrificados, em convênio com a SAELPA; ix) fomento à pequena pecuária e revenda de reprodutores e matrizes de caprinos na zona dos capirís; x) realização de 5 exposições feiras anuais; xi) implantação de 2 Centros de inseminação artificial, visando o melhoramento das bacias leiteiras de João Pessoa e Campina Grande.

- d) Extensão Rural e Cooperativismo: i) implantação de mais 5 unidades locais dos serviços de extensão rural em municípios ainda não assistidos por aquele serviço; ii) as assistência técnica visando ao soerguimento do movimento cooperativista estadual, inclusive ao Setor específico da pesca;
- e) Comercialização de produtos primários - i) continuida de, sob uma forma mais acentuada, do apoio à política de preços mínimos e de financiamento da produção, visando assegurar mercado para os produtores rurais.

O órgão encarregado da execução dos programas e projetos do setor agropecuário é a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, através de seus Departamentos e Órgãos vinculados.

#### SAÚDE

- a) Assistência médica; i) assistência obstétrica; ii) as assistência pediátrica; iii) assistência pediátrica; iii) assistência geral.
- b) Assistência odontológica;
- c) Nutrição
- d) Imunização
- e) Saneamento ambiental; i) controle de ambiente; ii) fluoração d'água.
- f) Integração rural
- g) Capacitação e aperfeiçoamento de pessoal.

A Secretaria de Saúde, seus Departamentos e a Fundação de Saúde do Estado da Paraíba serão os órgãos executores e avaliadores da política desenvolvida no Setor Saúde.

SERVIÇOS SOCIAIS

- a) Bem estar do Menor
- b) educação das populações beneficiadas; i) com o sistema de saneamento; ii) com os conjuntos habitacionais;iii) com o cooperativismo.
- c) integração social
- d) capacitação dos recursos humanos

ADMINISTRAÇÃO

- a) Reforma Administrativa interna; i) Departamento Central de Pessoal; ii) Departamento Central de Material; iii) Departamento de Documentação e Arquivo.
- b) Reforma Administrativa externa; i) continuidade da reforma dos órgãos da administração direta do Estado.
- c) Capacitação profissional; i) aperfeiçoamento profissional, através de cursos realizados pela Escola de Serviço Público da Paraíba

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS:

A política a ser desenvolvida no Setor dos Transportes, Comunicações e Obras, compreenderá:

- a) Elaboração do Plano Rodoviário Estadual
- b) conclusão e pavimentação; i) Anel do Brejo-Pirpirituba/Guarabira; ii) ligação BR-230 -(Café do Vento)- Sapé
- c) estudos de viabilidade técnica em execução: i) pavimentação-PB-19/Triângulo/Catolé do Rocha, daí penetrando no Estado do Rio Grande do Norte; ii) pavimentação PB-20/Patos/Conceição, possibilitando a interligação de um dos Vales mais férteis da Paraíba ao Sistema Viário Nacional; iii) pavimentação - trecho Guarabira/Mamanguape, permitindo a ligação do Anel do Brejo à BR-101.

- d) Programa de Estradas Vicinais; i) conservação das estradas vicinais que, representam maior densidade de tráfego compatível com a disponibilidade financeira
- e) DETELPA - Departamento de Telecomunicações da Paraíba; i) prosseguimento dos trabalhos de implantação do Plano Integrado de Telecomunicações do Estado da Paraíba. Em convênio com a SUPLAN, estão sendo elaborados projetos - para construção da Central de Comunicações de Gábara e das Sedes das Regiões Administrativas localizadas em Guarabira, Campina Grande, Patos e Souza.

### ENERGIA

Os programas a serem desenvolvidos no Setor Energético constam de:

- a) reforma e ampliação do sistema de distribuição de energia elétrica na Capital
- b) eletrificação rural
- c) reforma e ampliação nas redes de distribuição do interior do Estado
- d) instalação das sub-estações de Cabedelo, Tambaú e Guarabira.

### SANEAMENTO

Basicamente, no Setor Saneamento, serão processadas ampliações do Sistema de Esgotos Sanitários, constando de:

- a) construção de emissários
- b) coletores gerais
- c) estações elevatórias
- d) coletores secundários

### EDUCAÇÃO E CULTURA.

No Setor educacional a ação do Governo será desenvolvida através de políticas visando ao incremento do ensino de primeiro

e segundo gráus.

Com relação ao primeiro, será dada ênfase ao aperfeiçoamento e treinamento do corpo docente, de modo a que se possa obter maiores índices de produtividade. Em 1974, último ano do Plano, o Governo pretende atingir uma taxa de escolarização, na faixa etária de 7 a 14 a nos, da ordem de 80% compatibilizando-se assim com a meta traçada na política educacional do Governo Federal. Além desses programas considerados básicos e mesmo para tornar possível a sua execução, está prevista a construção e ampliação de salas de aula em número suficiente.

No campo do ensino de segundo grau, a política a ser desenvolvida será no sentido de se partir para uma profissionalização do mesmo. Para isso, com a criação dos Ginásios Polivalentes, serão implantados cursos profissionais nas áreas:

- a) técnico agrícola
- b) técnico industrial
- c) técnico comercial
- d) administração para o lar

Para a consecução desses programas, far-se-á necessária a construção de salas de aula especiais - laboratório, escritórios modelo, etc., bem como treinamento e aperfeiçoamento do corpo docente a fim de ser mais produtivo o ensino.

A política está em consonância com os Planos do Governo Federal, ficando todavia, sua execução no Estado a cargo da Secretaria - de Educação e Cultura, através dos respectivos Departamentos.

#### DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

As Diretrizes habitacionais do Estado estão fundamentadas nos seguintes programas:

- a) construção de conjuntos habitacionais; i) "Castelo Branco III" - 600 casas; ii) terrenos isolados - 214 casas; iii) terrenos próprios - 68 casas

ANEXO II - SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELAS

RESUMO ORÇAMENTÁRIO  
Cr\$ milhões correntes

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A											
	CORRENTE			CAPITAL			TOTAL			CORRENTE			CAPITAL			TOTAL		
	VALOR		%	VALOR		%	VALOR		%	VALOR		%	VALOR		%	VALOR		%
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1 9 6 8	61,1	82,2	13,2	17,8	74,3	100,0	51,3	64,9	27,8	35,1	79,1	100,0	61,1	82,2	13,2	17,8	74,3	100,0
1 9 6 9	76,5	67,8	36,3	32,2	112,8	100,0	66,8	66,6	33,5	33,4	100,3	100,0	76,5	67,8	36,3	32,2	112,8	100,0
1 9 7 0	91,9	57,8	67,2	42,2	159,2	100,0	89,4	52,5	81,0	47,5	170,4	100,0	91,9	57,8	67,2	42,2	159,2	100,0
1 9 7 1	132,7	73,7	47,3	26,3	180,0	100,0	113,4	63,0	66,6	37,0	180,0	100,0	132,7	73,7	47,3	26,3	180,0	100,0
1 9 7 2	162,5	70,7	67,5	29,3	230,0	100,0	145,8	63,4	84,2	36,6	230,0	100,0	162,5	70,7	67,5	29,3	230,0	100,0
MÉDIA (*) 68/72	-	70,4	-	29,6	-	100,0	-	62,1	-	37,9	-	100,0	-	70,4	29,6	-	-	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

NOTA: (\*) - Média simples

RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Cr\$. milhões de 1972\*

A N O	R E C E I T A			D E S P E S A		
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
1 9 6 8	119,8	25,9	145,7	100,6	54,5	155,1
1 9 6 9	124,4	59,0	183,4	108,6	54,5	163,1
1 9 7 0	124,7	91,2	216,0	121,3	110,0	231,3
1 9 7 1	148,4	52,9	201,3	126,8	74,5	201,3
1 9 7 2	162,5	67,5	230,0	145,8	84,2	230,0

FONTE: Tabela 1.1

(\*) - Índices utilizados: 1968/70 - Índice Geral de Preços - "CONJUNTURA ECONÔMICA", set.71

1971 - Índice Geral de Preços - Médias dos Meses Junho e Julho

1972 - Hipótese Inflacionária de 12%



RESUMO ORÇAMENTÁRIO  
ÍNDICE E TAXAS DE CRESCIMENTO

1968 = 100

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %
1 9 6 8	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
1 9 6 9	104	+ 3,8	228	+127,9	126	+25,9	108	+ 8,0	100	0,0	105	+ 5,2
1 9 7 0	104	+ 0,2	352	+ 54,6	148	+17,8	121	+11,7	202	+101,8	149	+41,8
1 9 7 1	124	+19,0	204	- 42,0	138	- 6,8	126	+ 4,5	137	-32,3	130	-13,0
1 9 7 2	135	+ 9,5	261	+ 27,6	158	+14,3	145	+15,0	155	+13,0	148	+14,3

FONTE: Tabela 1.2

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões correntes

A N O	RECEITA		R E C E I T A S						P R Ó F R I A S						T R A N S F E R Ê N C I A S					
	TOTAL		I C M		O P E R A Ç Õ E S D E C R É D I T O		O U T R A S		T O T A L		C O R R E N T E S		' C A P I T A L		T O T A L					
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%				
1968	74,3	100,0	45,8	61,6	1,8	2,4	4,2	5,7	51,8	69,7	11,2	15,1	11,3	15,2	22,5	30,3				
1969	112,8	100,0	58,0	51,4	15,6	13,8	8,8	7,8	82,4	73,0	9,6	8,5	20,8	18,5	30,4	27,0				
1970	159,2	100,0	64,3	40,4	37,0	23,3	24,1	15,1	125,4	78,8	9,6	6,0	24,2	15,2	33,8	21,2				
1971	180,0	100,0	88,5	49,2	10,0	5,5	13,3	7,4	111,8	62,1	30,9	17,2	37,3	20,7	68,2	37,9				
1972	230,0	100,0	107,0	46,5	15,0	6,5	15,3	6,7	137,3	59,7	45,2	19,7	47,5	20,6	92,7	40,3				
MÉDIA (*) 68/72	-	100,0	-	49,8	-	10,3	-	8,5	-	68,7	-	13,3	-	18,0	-	31,4				

Fonte: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões de 1972\*

A N O	RECEITA		R E C E I T A S      P R Ó P R I A S						T R A N S F E R Ê N C I A S							
	TOTAL		I C M		O P E R A Ç Õ E S D E C R É D I T O		O U T R A S		T O T A L		C O R R E N T E S		C A P I T A L		T O T A L	
	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%
1968	145,7	-	89,8	-	3,5	-	8,2	-	101,5	-	22,0	-	22,2	-	44,2	-
1969	183,4	25,9	94,3	5,0	25,4	625,7	14,3	74,4	134,0	32,0	15,6	-29,1	33,8	52,3	49,4	11,8
1970	216,0	17,8	87,2	-7,5	50,2	97,6	32,7	128,7	170,1	26,9	13,0	-16,7	32,9	-2,7	45,9	-7,1
1971	201,3	-6,8	99,0	13,5	11,2	-77,7	14,8	-54,7	125,0	-26,5	34,6	166,2	41,7	26,8	76,3	56,2
1972	230,0	14,3	107,0	8,1	15,0	33,9	15,3	3,4	137,3	9,8	45,2	30,6	47,5	13,9	92,7	21,5

Fonte: Tabela 2.1

Nota: (\*) - Vide nota de rodapé da Tabela 1.1.

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA

NA RECEITA TOTAL SEGUNDO A ORIGEM

(Cr\$ milhões correntes)

Receita Total = 100,0 %

A N O	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS		FUNDO ESPECIAL		TOTAL DOS FUNDOS		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	22,4	30,2	—	—	22,4	30,2	0,1	0,2	22,5	30,4
1969	19,2	17,0	11,1	9,9	30,3	26,9	0,1	0,0	30,4	26,9
1970	18,8	11,8	14,7	9,2	33,5	21,0	0,3	0,2	33,8	21,2
1971	23,7	13,2	18,4	10,2	42,1	23,4	26,1	14,5	68,2	37,9
1972	31,0	13,5	23,1	10,0	54,1	23,5	38,6	16,8	92,7	40,3
MÉDIA (*) 68/72	-	17,1	-	7,9	-	25,0	-	6,3	-	31,3

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

RECEITA "PER CAPITA" (\*) A PREÇOS DE 1972

A N O	RECEITA TOTAL "PER - CAPITA"		RECEITA PRÓPRIA "PER - CAPITA"		TRANSFERÊNCIAS "PER CAPITA"	
	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %
1968	62,08	-	43,29	-	18,79	-
1969	76,76	+23,7	56,00	+29,5	20,68	+10,1
1970	88,33	+15,1	69,56	+24,1	18,77	- 9,2
1971	80,78	- 8,5	50,20	-27,9	30,62	+63,1
1972	90,61	+12,1	54,09	+ 7,8	36,52	+19,3

FONTE: Tabela 2.2

(\*) - População - Veja termos de referência do trabalho

DEMONSTRATIVO SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Cr\$ milhões correntes

ANO	DESESPASS										CAPITAL		TOTAL	
	CORRENTES		OUTRAS		SUB-TOTAL		CAPITAL		TOTAL		TOTAL			
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
1968	30,1	38,1	21,2	26,8	51,3	64,9	27,8	35,1	79,1	100,0				
1969	37,5	37,4	29,3	29,2	66,8	66,6	33,5	33,4	100,3	100,0				
1970	47,1	27,6	42,3	24,9	89,4	52,5	81,0	47,5	170,4	100,0				
1971	60,7	33,7	52,7	29,3	113,4	63,0	66,6	37,0	180,0	100,0				
1972	76,4	33,2	69,4	30,2	145,8	63,4	84,2	36,6	230,0	100,0				
MÉDIA * 68/72	-	34,0	-	28,1	-	62,1	-	-	37,9	-				

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Demais: Tabela 1.1

DESPESA

DEMONSTRATIVOS SEGUNDC AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Cr\$ milhões de 1972 (\*)

A N O	D E S P E S A S				C A P I T A L	T O T A L
	C O R R E N T E S		S U B - T O T A L			
	P E S S O A L	O U T R A S				
1968	59,0	41,6	100,6	54,5	155,1	
1969	61,0	47,6	108,6	54,5	163,1	
1970	63,9	57,4	121,3	109,9	231,2	
1971	67,9	56,9	126,8	74,5	201,3	
1972	76,4	69,4	145,8	84,2	230,0	

Fonte: Tabela 3.1

Observação: Para a transformação em valores a preços correntes, foram utilizados os índices referidos no rodapé da Tabela 1.2.

DESPESA SEGUNDO AS FUNÇÕES

Cr\$ milhões correntes

ANO	GOV. ADM. GERAL E FIN.		RECURSOS NAT. e AGROPECUÁRIOS		VIAÇÃO, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES		INDÚSTRIA E COMÉRCIO		EDUCAÇÃO E CULTURA		DEFESA E SEGURANÇA		SAÚDE E SERVIÇOS URBANOS		BEM ESTAR SOCIAL		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1968	31,6	39,9	2,9	3,7	14,6	18,5	1,5	1,9	13,4	16,9	6,1	7,7	5,6	7,1	3,4	4,3	79,1	100
1969	30,0	29,9	2,9	2,9	15,6	15,5	3,9	3,9	14,5	14,5	7,0	7,0	7,4	7,4	19,0	18,9	100,3	100
1970	43,0	25,2	14,1	8,3	40,0	23,5	13,6	8,0	20,8	12,2	8,1	4,8	7,7	4,5	23,1	13,5	170,4	100
1971	63,1	35,0	11,4	6,3	17,9	10,0	4,7	2,6	24,3	13,5	10,6	5,9	16,1	9,0	31,9	17,7	180,0	100
1972	83,2	36,2	20,1	8,7	23,2	10,1	3,4	1,5	36,0	15,7	12,9	5,6	14,3	6,2	36,9	16,0	230,0	100
MÉDIA (*)	-	33,2	-	6,0	-	15,5	-	3,6	-	14,6	-	6,2	-	6,8	-	14,1	-	100

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

PB  
3.3



COMPORTAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

E CAPITAL EM TERMOS "PER CAPITA"

PB
3.4

A N O	P E S S O A I,		C A P I T A L		Δ %
	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	
1968	25,14	100	23,22	100	-
1969	25,53	102	24,87	98	1,8
1970	26,13	104	44,94	194	+ 97,0
1971	27,25	108	29,90	129	- 33,5
1972	30,10	120	33,17	143	+ 10,9

FONTE: Tabela 3.2

População: Veja termos de referência do trabalho

EVOLUÇÃO DO DEFICIT OU SUPERAVIT

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SALDO CONTA CORRENTE (A)	SALDO CONTA CAPITAL (B)	DEFICIT OU SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO (C = A + B)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (D)	DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO E- FETIVO (E = C - D)
1 9 6 8	+ 9,8	- 14,6	- 4,8	1,8	- 6,6
1 9 6 9	+ 9,7	+ 2,8	+ 12,5	15,6	- 3,1
1 9 7 0	+ 2,5	- 13,8	- 11,3	37,0	- 48,3
1 9 7 1	+ 19,3	- 19,3	0	10,0	- 10,0
1 9 7 2	+ 16,7	- 16,7	0	15,0	- 15,0

FONTE: Tabelas 1.1  
2.7

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALDO EM CONTA CORRENTE

E DO DEFICIT OU SUPERAVIT

A N O	SALDO EM CONTA CORRENTE		DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO EFETIVO	
	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)
1 9 6 8	+ 13,2	+ 35,3	- 8,9	- 23,7
1 9 6 9	+ 8,6	+ 29,0	- 2,8	- 9,3
1 9 7 0	+ 1,6	+ 3,1	- 30,3	- 59,6
1 9 7 1	+ 10,7	+ 29,0	- 5,6	- 15,0
1 9 7 2	+ 7,3	+ 19,8	- 6,5	- 17,8
MÉDIA(*)68/72	+ 8,3	+ 23,2	- 10,8	- 25,1

FONTE: Tabelas 1.1  
4.1

NOTA: (\*) - Média simples

FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

(Em percentagens)

Fontes ANOS	(SCC / DK)	(RK - OC) / DK	*(SO/DK) (-1)	(OC / DK)	TOTAL
1968	+ 35,3	40,9	+ 17,3	6,5	100,0
1969	+ 29,0	61,8	- 37,2	46,6	100,0
1970	+ 3,1	37,3	+ 14,0	45,6	100,0
1971	+ 29,0	56,0	-	15,0	100,0
1972	+ 19,8	62,4	-	17,8	100,0
MÉDIA 68/72(*)	23,2	51,7	- 1,2	26,3	100,0

(\*) - Média Simples

Símbolos: DK - Despesas de Capital  
 SCC - Saldo em Conta Corrente (Poupança do Governo)  
 RK - Receitas de Capital  
 SO - Saldo Orçamentário  
 OC - Operações de Crédito

\* (SO/DK) (-1)

(+) Despesas de Capital Realizadas sem abertura financeira.  
 (-) Capacidade de Investimentos não utilizada.

FONTES: Tabelas 1.1  
 4.1

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA

A N O	D Í V I D A I N T E R N A						DÍVIDA FUNDADA EXTERNA		TOTAL DAS DÍVIDAS	
	FUNDADA		FLUTUANTE		TOTAL		Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões
	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)				
							(%)	(%)		
1 9 6 8	11,2	41,8	15,6	58,2	26,8	100,0	-	-	26,8	100,0
1 9 6 9	27,1	71,9	10,6	28,1	37,7	100,0	-	-	37,7	100,0
1 9 7 0	67,6	83,4	13,5	16,6	81,1	100,0	-	-	81,1	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

POSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL

A N O	EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL (%)	EM RELAÇÃO A RECEITA PRÓPRIA (%)	EM RELAÇÃO AOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	36,1	51,7	118,6
1 9 6 9	33,4	45,8	82,5
1 9 7 0	50,9	64,7	125,9

FONTES: Receita Total e Receita Própria: Tabela 2.1

Dívida: Tabela 5.1

Recursos Disponíveis para o Investimento: Tabela 5.4

AMORTIZAÇÕES E SUA POSIÇÃO RELATIVA NO ORÇAMENTO

Cr\$ milhões correntes

A N O	AMORTIZAÇÕES TOTAIS	A M O R T I Z A Ç Õ E S T O T A I S E M R E L A Ç Ã O				A: (%)
		Receita Total	Receitas Próprias	Operações de Crédito	Despesas de Capital	
1968	0,4	0,5	0,8	22,2		1,4
1969	0,3	0,3	0,4	1,9		0,9
1970	5,3	3,3	4,2	14,3		6,5
1971	13,4	7,4	12,0	134,0		20,1
1972	18,5	8,0	13,5	123,3		22,0
MÉDIA(*) 68 / 72	—	3,9	6,2	59,1		10,2

FONTES: Amortização: Veja termos de referência do trabalho

Receitas Total e Próprias, e Operações de Crédito: Tabela 2.1

Despesas de Capital: Tabela 3.1

NOTA: (\*) - Média Simples

RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO

Cr\$ milhões correntes

	SALDO EM CONTA CORRENTE + RECEITA DE CAPITAL	AMORTIZAÇÃO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO EM RELAÇÃO A RECEITA
	(A)	(B)	(C = A - B)	(%)
1968	23,0	0,4	22,6	30,4
1969	46,0	0,3	45,7	40,5
1970	69,7	5,3	64,4	40,5
1971	66,6	13,4	53,2	29,6
1972	84,2	18,5	65,7	28,6

FONTES: Receita de Capital: Tabela 1.1

Saldo em Conta Corrente: Tabela 4.5

Amortização: Tabela 5.3



SERVIÇO DA DÍVIDA

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SERVIÇO DA DÍVIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA EM RELAÇÃO A:		
	AMORTIZAÇÕES	JUROS	TOTAL	RECEITA TOTAL (%)	RECEITA PRÓPRIA (%)	RECURSOS DISPONÍVEIS P/ INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	0,4	0,6	1,0	1,3	1,9	4,4
1 9 6 9	0,3	0,6	0,9	0,8	1,1	2,0
1 9 7 0	5,3	6,4	11,7	7,3	9,3	18,2
1 9 7 1	13,4	6,1	19,5	10,8	17,4	36,7
1 9 7 2	18,5	8,4	26,9	11,7	19,6	40,9

FONTES: Receitas: Tabela 2.1

Recursos Disponíveis: Tabela 5.4

Juros: Veja termos de referência do trabalho

